



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO

Jundiaí

Junho/2014



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO

Eduardo Antonio Modena

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cynthia Regina Fischer

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Eduardo Alves da Costa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* AVANÇADO JUNDIAÍ

Reginaldo Vitor Pereira

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Haryanna Sgrilli Drouart

Técnica em Assuntos Educacionais

Gerente

Reginaldo Vitor Pereira

Técnico em Assuntos Educacionais

Diretor-Geral

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1	IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS.....	8
1.2	MISSÃO.....	9
1.3	HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	10
1.3.1	A Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo	13
1.3.2	O Liceu Industrial de São Paulo	14
1.3.3	A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo.....	15
1.3.4	A Escola Técnica Federal de São Paulo	18
1.3.5	O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo	20
1.3.6	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	21
1.3.7	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	23
1.3.8	Histórico do Campus	28
2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ	30
2.1	DADOS SOCIOECONÔMICOS.....	33
2.2	VETORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	37
2.3	OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO E REGIÃO	40
3	JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO	44
3.1	AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEFINIÇÃO DO CURSO.....	45
4	OBJETIVOS.....	53
4.1	OBJETIVO GERAL	53
4.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	53
5	REQUISITOS DE ACESSO	54
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	55
6.1	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO MÓDULO II	55
6.2	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	55
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	56
7.1	ORGANIZAÇÃO MODULAR.....	56
7.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	57
7.3	ESTRUTURA CURRICULAR	59
7.3.1	Quadro de Identificação do Curso	60
7.4	DISPOSITIVOS LEGAIS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	61
7.4.1	LEIS.....	61
7.4.2	DECRETOS.....	62
7.4.3	RESOLUÇÕES.....	63
7.4.4	PARECERES	64
7.4.5	PORTARIA	65
7.4.6	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL.....	66
8	PLANOS DAS DISCIPLINAS	67
8.1	PLANOS DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO MÓDULO	67
8.2	PLANOS DAS DISCIPLINAS DO SEGUNDO MÓDULO.....	85
8.3	PLANOS DAS DISCIPLINAS DO TERCEIRO MÓDULO	105

9	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	125
10	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	127
11	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	129
11.1	REAVLIAÇÃO (ART. 81)	130
11.2	APROVAÇÃO (ART. 82 E 83)	131
11.3	APROVAÇÃO PARCIAL (ART. 83).....	132
11.4	RETENÇÃO (ART. 84).....	133
11.5	DEPENDÊNCIAS	134
12	ATENDIMENTO DISCENTE	135
12.1	CONSELHO DE CLASSE	136
12.2	ABONO DE FALTAS E REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES	138
13	MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS	140
14	PESSOAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	141
14.1	CORPO DOCENTE	142
14.2	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO.....	144
15	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	146
15.1	BIBLIOTECA.....	148
15.2	LABORATÓRIOS	149
15.3	PROJETOS DE REFORMA OU EXPANSÃO	150
16	BIBLIOGRAFIA	151

ANEXOS
<ol style="list-style-type: none">1. Projeto de Implantação do <i>Campus</i> Avançado Jundiaí2. Ata da II Audiência Pública para escolha de cursos

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO:

Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONE: (11) 3775-4502 (Gabinete do Reitor)

FACSIMILE: (11) 3775-4501

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: proensino@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158154

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELEECERAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Avançado Jundiaí

SIGLA: IFSP/JND

CNPJ: Em andamento

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO:

Av. Dr. Cavalcanti, 396 (Complexo Argos) – Vila Arens – Jundiaí/SP

CEP: 13201-500

TELEFONE: (11) 4526-6230

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: jundiai@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: Em andamento

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.2 Missão

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

1.3 Histórico Institucional

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930. Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis. Na medida em que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade. Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico. Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um

contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau. Mais uma vez, portanto, se colocava o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política. O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado. Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento: a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário. Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguia seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade. Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado. Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas), assegurou a

oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IFSP foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.3.1 A Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975. Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também, na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais. Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

1.3.2 O Liceu Industrial de São Paulo

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937). A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.3.3 A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004). Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986).

No momento que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica. A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestria e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica.

Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando à oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos,

sendo eles das esferas industriais e de mestria, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionado à construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores.

Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas. Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial à Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola. Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552, foi definida pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola

Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.3.4 A Escola Técnica Federal de São Paulo

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União. Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

Ainda, com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula. Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos. No ano de 1986, pela primeira vez, após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplex encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado. Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas – UNED(s) da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país,

no município de Cubatão. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.3.5 O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), se oficializou a mudança de denominação para CEFET- SP. Igualmente, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Dessa maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século, e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente, desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi impulsionada para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

1.3.6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, sendo patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico. Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo. Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito a educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Considerando-se, portanto, essa grande necessidade pela formação profissional de qualidade por parte dos alunos oriundos do ensino médio, especialmente nas classes populares, aliada à proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além da correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

A oferta de cursos está sempre em sintonia com os arranjos produtivos, culturais e educacionais, de âmbito local e regional. O dimensionamento dos cursos privilegia, assim, a oferta daqueles técnicos e de graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias. Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como na pós-graduação e pesquisa tecnológica. Avança no enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo, e no desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus*, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Este tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano. Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

1.3.7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

O IFSP conta, atualmente, com 29 *campi*, 1 núcleo avançado e 12 *campi* avançados em fase de implantação, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Relação dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Autorização de Funcionamento	Início Atividades
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	24/02/1910
Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	01/04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	13/02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	02/01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	12/02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	30/07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	02/08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	01/08/2008

São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	11/08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Suzano	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Barretos	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Boituva	Resolução nº 28, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Capivari	Resolução nº 30, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Matão	Resolução nº 29, de 23/12/2009	2º semestre de 2010

Avaré	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Registro	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Campinas	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Assis	Resolução nº 680, de 6 de junho de 2012	1º semestre de 2012
São José dos Campos	Portaria Ministerial nº 330, de 26 de abril de 2013	1º semestre de 2013
Jacareí	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Araras (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Jundiaí (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Rio Claro (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014

Sorocaba (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Limeira (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Presidente Prudente (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Mococa (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Santo André (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Ubatuba (avançado)	Em fase de implantação	1º semestre de 2014
Pirassununga (avançado)	Em fase de planejamento	--
Paraguaçu Paulista (avançado)	Em fase de planejamento	--
Ribeirão Preto (avançado)	Em fase de planejamento	--
Mauá (avançado)	Em fase de planejamento	--
Cidade Tiradentes (avançado)	Em fase de planejamento	--
Itapeccerica da Serra	Em fase de planejamento	--

Itaquaquecetuba	Em fase de planejamento	--
Francisco Morato	Em fase de planejamento	--
São Paulo (Zona Noroeste)	Em fase de planejamento	--
Bauru	Em fase de planejamento	--
Marília	Em fase de planejamento	--
Itapeva	Em fase de planejamento	--
Carapicuíba	Em fase de planejamento	--
São Miguel Paulista (avançado)	Em fase de planejamento	--
Osasco (avançado)	Em fase de planejamento	--

1.3.8 Histórico do *Campus*¹

A Prefeitura Municipal de Jundiaí, através da Secretaria de Educação, após a eleição do Prefeito Pedro Bigardi, em consonância com as políticas do Governo Federal, tem como compromisso ofertar educação pública, gratuita e com qualidade social aos seus munícipes.

As várias ações envidadas nesse sentido culminaram com a proposta de implantação de uma unidade do Instituto Federal de São Paulo na cidade, conforme proposta e cronograma apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Cronograma proposto para implantação de uma unidade do Instituto Federal de São Paulo em Jundiaí.

2º sem. 2013	Início da oferta de cursos na modalidade PROEJA-FIC
1º sem. 2014	Início da oferta de cursos técnicos na modalidade concomitante/subsequente
1º sem. 2015	Início da oferta de cursos superiores

As articulações visando a abertura do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA e Proeja Formação Inicial e Continuada – PROEJA-FIC foram iniciadas no segundo semestre de 2012. Essa ação resultou na parceria com o *Campus* Salto do Instituto Federal de São Paulo, com a assinatura de um convênio. Por meio desse convênio concretizou-se a primeira etapa, que é a implantação do PROEJA-FIC, o qual já está em funcionamento com uma turma de Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano. As ações dos programas PROEJA e PROEJA-FIC são desenvolvidas em um espaço da Secretaria de Educação do município, destinadas exclusivamente para este fim.

A segunda etapa requer especificamente a implantação de um *campus* do Instituto Federal de São Paulo no município e, para isso, a administração municipal iniciou as tratativas com a Reitoria. Foram realizadas várias reuniões e visitas, de parte a

¹ Todas as informações constantes deste item foram extraídas do estudo feito para Proposta de Implantação do *Campus*, enviada ao MEC (documento anexo).

parte, tanto com o magnífico reitor prof. Eduardo Antonio Modena, quanto com outros professores ligados à reitoria. Nessas reuniões foram apresentados os prédios municipais disponíveis para sediar o *campus* em questão, sendo acordada a cessão de um local no Complexo Argos, pertencente à Secretaria da Educação. O local tem área de 1.200m², infra-estrutura completa, fica no centro da cidade ao lado do terminal de ônibus e ferroviário, sendo de fácil acesso, tanto para alunos procedentes da cidade como para alunos vindos da região.

O Complexo Argos já conta com a Biblioteca Municipal, Centro de Línguas, Auditório, é sede da TV Educativa, e é também a sede do PROEJA. Nesse local, que será entregue pela prefeitura ao Instituto Federal pronto para uso, serão oferecidos dois cursos técnicos na modalidade concomitante/subsequente, a partir do primeiro semestre de 2014. Os demais cursos técnicos a serem oferecidos serão decididos a partir do levantamento das necessidades da comunidade local por meio de audiências públicas, sendo que a primeira delas foi realizada em 26 de julho de 2013.

Para a realização da terceira etapa ainda estão sendo realizados estudos mais detalhados. Estudos preliminares apontam para a expansão do *campus* em uma área do Complexo Fepasa, área da região central, pertencente ao município, onde já funcionam outras instituições públicas como, por exemplo, Fatec e Poupa-Tempo, entre outras. Essa área, que está localizada a apenas 1500 metros do Complexo Argos, deverá abrigar os cursos superiores.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ²

Jundiaí é um município do interior do estado de São Paulo. Distam 57,7 quilômetros da capital, pelas rodovias Bandeirantes e Anhanguera. Com 370.126 habitantes é, no estado, o 15º município mais populoso e o sétimo maior fora da Grande São Paulo. Também é o 59º maior do Brasil, sendo maior que quatro capitais estaduais. Os dados da administração do município são dados na Tabela 3.

Tabela 3 – Dados identificadores do município de Jundiaí

Nome do Município: Jundiaí
Unidade da Federação: SP
Prefeito: Pedro Antonio Bigardi
Endereço completo da Prefeitura: Av. Liberdade s/n – Jd. Botânico – Jundiaí - SP
Página institucional na Internet: www.jundiai.sp.gov.br
Telefone: (11) 4589-8400
Fax: (11) 4589-8400

A cidade de Jundiaí (Fig. 1) é considerada o maior centro logístico do interior paulista, por estar situada entre as cidades de Campinas e São Paulo. A cidade é cortada pelas Rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (antiga Marechal Rondon), além de estar a poucos quilômetros das Rodovias Santos Dumont e Dom Pedro I. Também conta com um entroncamento ferroviário em crescente atividade e está a 38 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos.

² Todas as informações, tabelas e gráficos constantes deste item foram extraídos do estudo feito para a Proposta de Implantação do *Campus*, enviada ao MEC (documento anexo).

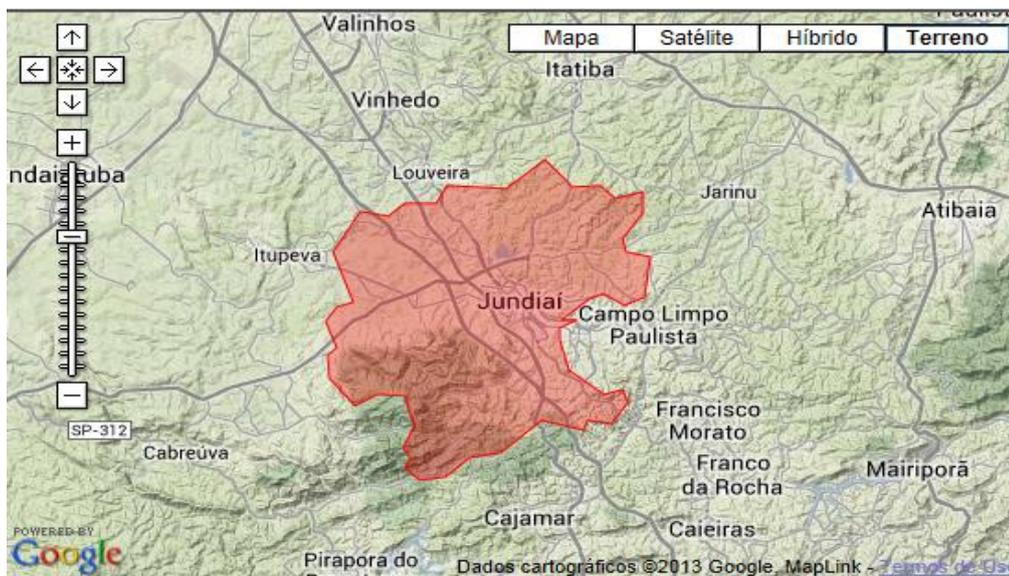


Figura 1 – Mapa do município de Jundiaí.

Destaca-se também pela variedade de empresas de ponta e alta tecnologia na área de informática como Itautec, Foxconn (fabricante dos equipamentos Apple, HP, Sony); na área de alimentos e bebidas como BRF, Parmalat, Coca-Cola, Ambev, Cereser; na área de autopeças como Sifco (peças forjadas), Plascar (plásticos de engenharia), Takata-Petri (*air-bags*, volantes), Mahle (centro de pesquisas); na área de construção civil e cerâmica branca, como Astra, Deca, Pozzani; na área de equipamentos elétricos, como Simens e HellermannTyton; na área de produção de gases, como Linden, White Martins e IBG; na área de petróleo e química, como Univen e Henkel; na área de papel, como a Klabin; na área de logística como a Casas Bahia (Centro de Distribuição da América Latina) e Expresso Jundiaí. Além disso, a cidade se destaca no Circuito das Frutas, com uma grande produção agrícola, especialmente de uvas e morangos.

Em agosto de 2011, o governo do estado sancionou o Projeto de Lei Complementar nº 13, que cria o Aglomerado Urbano de Jundiaí, com população atual em mais de 700 mil habitantes. O crescimento demográfico foi o segundo maior do estado de SP entre 2000-2009, chegando a 1,85% habitante-ano (no estado o crescimento foi de 1,33%). Esta é a primeira aglomeração urbana do Estado e envolve sete cidades: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista (Fig. 2).



Figura 2 – Aglomerado Urbano de Jundiaí

2.1 Dados Socioeconômicos

Nesta seção são apresentados e analisados os dados socioeconômicos que caracterizam o município e a região no contexto do estado.

Tabela 4 – Dados demográficos do município, da região e do estado.

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
População	370.126	698.724	41.252.160
IDH	0,822	0,790	0,833
IDEB	6,3	5,6	5,4
Área territorial (km ²)	431.173	1.269.517	248.209.426
Quantidade de domicílios	132.028	246.195	51.283.400

Fonte: IBGE, 2010.

Analisando o índice de desenvolvimento humano (IDH) apresentados na Tabela 4 verificamos que tanto a cidade quanto a região apresentam valores abaixo da média do estado. Uma das dimensões analisadas para a formação do IDH é o índice de educação, que leva em conta a média de estudos da população, em anos. Por outro lado, observa-se na Tabela 3.1 que o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresenta valores acima da média estadual. Com isso conclui-se que o aglomerado urbano de Jundiaí (AUJ) requer investimentos na educação em nível médio e superior, que é justamente a área de atuação do Instituto Federal de São Paulo.

Tabela 5 – Dados econômicos do município, da região e do estado.

(em milhões de reais)	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
PIB	20.124,60	35.460,68	1.247.595,93
PIB da Indústria	6.560,76	11.232,93	301.453,34
PIB dos Serviços	9.693,56	17.942,15	622.142,32

PIB da Agropecuária	43,95	82,77	19.398,38
PIB da Administração Pública	887,02	1.665,59	93.703,94

Fonte: Fundação Seade – PIB Municipal, 2010.

A Tabela 5 mostra que a área de serviços é a que mais gera renda, tanto o município de Jundiaí quanto a região, ficando muito próximo da média estadual, embora não na mesma proporção. Por outro lado, observa-se que a participação da indústria, proporcionalmente, é maior que a média estadual.

Tabela 6 – Dados de estabelecimentos do município, região e estado.

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	3.877	5.953	377.583
Serviços e Administração Pública	4.205	5.719	379.959
Indústria	827	1.833	94.381
Agropecuária	160	459	61.825
Construção Civil	451	735	45.248

Fonte: RAIS, 2011.

Por sua característica de ser uma atividade econômica pulverizada e, geralmente, de pequeno porte, o número de estabelecimentos comerciais e de serviços representa a quase totalidade dos estabelecimentos do município. Por outro lado, o número de estabelecimentos industriais e agropecuários é menor, pois estes exigem grandes áreas, o que reduz sua participação percentual nessa estatística. Por outro lado, em quase todos os índices verifica-se que o município detém cerca de 1% dos estabelecimentos do estado.

Tabela 7 – Número de empregados do município e dos principais municípios da região.

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	38.128	56.042	2.586.375
Serviços e Administração Pública	76.141	103.433	6.926.682
Indústria	49.185	91.270	2.805.465
Agropecuária	522	2.233	361.435
Construção Civil	8.449	12.875	732.822

Fonte: RAIS, 2011.

A Tabela 7 mostra o município quase metade (44,2%) dos empregos na área de serviços e administração pública, que é seguida pela área industrial com 28,5% dos postos de trabalho. Em terceiro lugar vem o comércio, que emprega cerca de 22,1% dos trabalhadores, seguido de longe pelo setor da construção civil, com 4,9% e do setor agropecuário, com 0,3%. Quase a mesma proporção é verificada na região, com uma pequena queda no índice ocupado nos serviços e administração pública (38,9%) e um aumento na indústria (34,3%). Comparando com a média estadual, observa-se que ambos, município e região, apresentam um índice maior de ocupação na indústria (28,5% e 34,3% contra 20,9%), um índice um pouco superior no comércio e índices bem baixos nos demais setores.

Tabela 8 – Média salarial do município e dos principais municípios da região.

(em reais)	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	1.569,00	1.405,00	1.455,00
Serviços e Administração Pública	1.695,00	1.600,00	2.121,00
Indústria	2.517,00	2.361,00	2.287,00
Agropecuária	921,00	979,00	1.126,00

Construção Civil	1.492,00	1.370,00	1.758,00
------------------	----------	----------	----------

Fonte: RAIS, 2011.

A Tabela 8 mostra tanto no município quanto na região, a média salarial dos trabalhadores da indústria é maior que a média estadual. Já no setor do comércio, o município paga salários maiores que a média estadual, enquanto a região fica abaixo dessa média. O setor de serviços e administração pública, embora apareçam como os maiores empregadores, são também os que pagam os menores salários, em comparação com a média estadual. Os demais setores, agropecuária e construção civil, também ficam abaixo da média estadual.

Tabela 9 – Distância da sede dos municípios ao endereço do *campus*.

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (em km)
Cabreúva	36,1
Campo Limpo Paulista	15,5
Itupeva	21,4
Jarinu	24,1
Jundiaí	4,7
Louveira	16,2
Várzea Paulista	5,4

Fonte: Google Maps.

A Tabela 9 mostra a distância das sedes dos municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Jundiaí até a sede do *campus*. Observa-se que essas distâncias são bem pequenas, ocorrendo, em alguns casos, conurbação. Essas distâncias mostram que a viabilidade do *campus* atender aos municípios da região é total.

2.2 Vetores de Desenvolvimento Regional

A posição ocupada pela economia de Jundiaí no Estado de São Paulo é expressiva, comparativamente às demais cidades paulistas. O município detém o 9º PIB e o 9º Valor Adicionado do Estado, variáveis indicativas de uma atividade produtiva intensa. A produção é distribuída de maneira diversificada entre Indústria, Comércio, Serviços, Construção Civil e Agropecuária. O município ocupa o 8º lugar entre as 645 cidades paulistas no Índice do ICMS, sugerindo uma circulação de mercadorias substancial dentro do território da cidade. É a 12ª cidade em “comércio exterior”, estimado pela semi-soma de exportações e importações, destacando-se os mais de 2 bilhões de dólares destinados principalmente à importação de bens de capital da indústria e da prestação de serviços, no ano de 2009.

O perfil da produção de Jundiaí pode ser avaliado pelo Valor Adicionado de 2009, último ano de divulgação pelo IBGE e Fundação SEADE. O Valor Adicionado total alcançou naquele ano R\$ 14.258,6 milhões, dos quais o setor de serviços concorreu com 63,0% da produção municipal, a indústria com 36,8% e a agropecuária com 0,2%. Deste total, a administração pública foi responsável diretamente por 5,7%. Desses dados conclui-se os setores de serviços e da indústria são os principais vetores de desenvolvimento econômico da região.

O setor de serviços é o que mais gera empregos formais (76.141 postos de trabalho, segundo RAIS, 2011), destacando-se como centro logístico-distribuidor onde estão instalados centros de distribuição das Casas Bahia, Sadia, Renault/Nissan, BDF Nívea, Construmega, Nokia do Brasil, Destro Macroatacado, BSH Continental, entre outros.

O setor da indústria é o 2º maior gerador de empregos formais (49.185 postos de trabalho, segundo RAIS, 2011) e conta com um parque industrial muito diversificado, com mais de 33 tipos de atividades (CIESP) no qual se destacam os setores de: alimentos e bebidas (Coca-cola, Ambev, Vinagre Castelo, Sara Lee, Sadia, Frigor Hans, Cereser, Belesso, Passarin); louças e cerâmica (Incepa/Roca, Deca, Ideal Standard); papel e embalagens (Klabin, Injebet, Rexan, Henry Pack); autopeças (Sifco, Mahle Metal Leve, EBF Vas, Solvay, Kongsber, MGI Coutier, Balzers, Eltek, Eckerie); máquinas e equipamentos (Siemens, CBC Indústrias Pesadas, BT International, Husky, Korper, Radio Frigor, Wolfgang Loch, GTS Thielmann); produtos químicos (Dow Chemical, National Chemical, Eka Chemicals, Ecopur,

Selqui, Messer, IBG, Lucta); material eletrônico (Itautec, Foxconn); têxtil; farmacêutica; construção; plástico e borracha. A Figura 3 mostra a distribuição das unidades industriais instaladas na região segundo as principais atividades econômicas.



Figura 3 – Distribuição das unidades industriais segundo as principais atividades econômicas.

O arranjo produtivo local APL-Vinícola de Jundiaí se destaca por integrar os setores agropecuário (produção da uva e do vinho), comercial (venda de produtos típicos nas cantinas italianas da zona rural), de serviços (restaurantes e eventos típicos) e administração pública (promovendo a Festa da Uva).

A Figura 4 mostra um gráfico comparativo entre a evolução da população e do número de postos de trabalho, no município de Jundiaí. Uma análise do gráfico mostra que a cidade cresce com uma taxa constante, o que não se verifica no aumento do número de empregos.

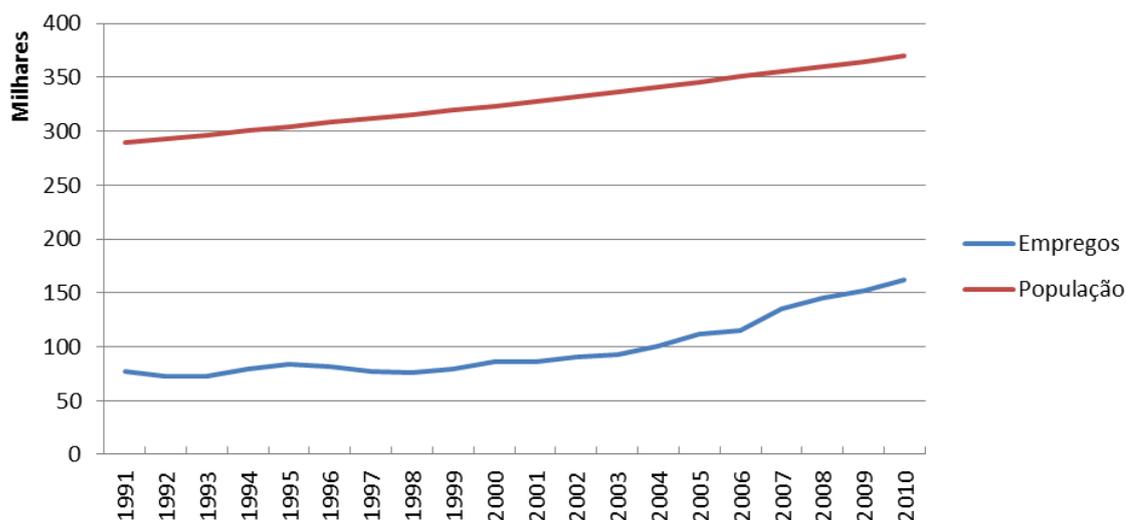
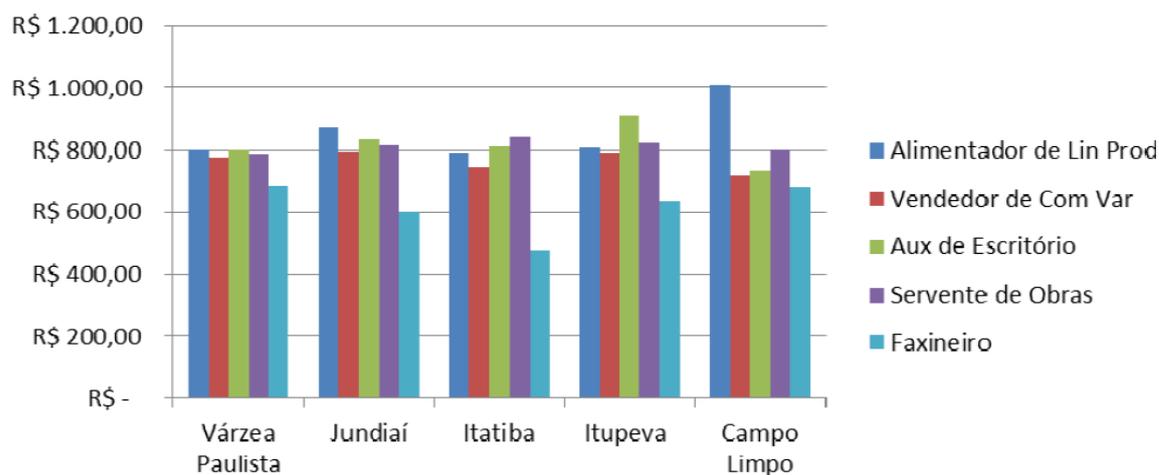


Figura 4 – Evolução da população e nível de empregos em Jundiaí (IBGE, 2010; RAIS, 2010).

A Figura 5 apresenta as profissões que mais contrataram na região. Cruzando esses dados com os apresentados na Figura 4, observa-se que, embora haja a tendência do aumento no número de empregos, a maior parte desses refere-se a funções pouco qualificadas, havendo predominância, ainda que pequena, de postos na área industrial.



Fonte: CAGED (2011)

Figura 5 – Profissões que mais contrataram na região.

2.3 Oferta de Educação Profissional no Município e Região

A Tabela 10 mostra as instituições de ensino superior presentes no município de Jundiaí e os cursos ofertados por essas instituições.

Tabela 10 – Instituições de ensino superior em Jundiaí e cursos ofertados.

IES	INSTITUIÇÃO	CURSOS
Pública	Fatec	Gestão da Tecnologia da Informação Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Tecnologia em Logística, Tecnologia em Eventos Tecnologia em Gestão Ambiental
Fundaç ão	Escola Superior de Educação Física de Jundiaí	Educação Física Fisioterapia
Privada	Faculdade Pitágoras	Administração Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Engenharia Química Psicologia Pedagogia Gestão de Produção Industrial Gestão de Recursos Humanos Logística
Privada	Faculdade de Medicina de Jundiaí	Medicina Enfermagem
Privada	Faculdade de Ciências Gerenciais	Administração Ciências Contábeis
Privada	Centro Universitário Padre Anchieta	Administração Ciências Biológicas Ciências Contábeis Direito

Ciências Econômicas
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Ambiental e Sanitária
Engenharia de Alimentos
Engenharia de Produção
Engenharia Civil
Engenharia Eletrônica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Nutrição
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Química Industrial
Serviço Social
Sistemas de Informação
Terapia Ocupacional
Letras
Matemática
Pedagogia
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Automação Industrial
Comércio Exterior
Gestão Ambiental
Logística
Marketing
Polímeros
Processos Químicos
Estética e Cosmética
Gestão Comercial
Gestão Financeira
Negócios Imobiliários

Privada	Faculdade Anhanguera	Recursos Humanos
		Segurança no Trabalho
		Administração de Empresas
		Ciências Contábeis
		Direito
		Engenharia de Produção
		Engenharia Elétrica
		Psicologia
		Letras
		Pedagogia
		Gestão de Segurança Pública
		Logística
		Informática
		Publicidade
Privada	Unip	Arquitetura e Urbanismo
		Ciência da Computação
		Engenharia Civil
		Engenharia de Controle e Automação
		Engenharia de Produção
		Engenharia Mecânica
		Engenharia Elétrica
		Administração
		Ciências Contábeis
		Biomedicina
		Educação Física
		Nutrição
		Comércio Exterior
		Recursos Humanos
Logística		

Analisando a Tabela 10 observa-se que a oferta de cursos é grande, porém, com exceção dos cursos ofertados pela Fatec, todos os demais são pagos.

A Tabela 11 mostra os cursos técnicos de nível médio ofertados na região. Ao contrário do que ocorre com os cursos superiores, a oferta de cursos técnicos gratuitos é maior.

Tabela 11 – Instituições de ensino técnico em nível médio, em Jundiaí e cursos ofertados.

INSTITUIÇÃO		CURSOS
Pública	ETEC Benedito Storani	Agenciamento de Viagem
		Agricultura
		Agroindústria
		Alimentos
		Hospedagem
		Nutrição e Dietética
		Turismo Receptivo
		Técnico em Agropecuária Integrado do Ensino Médio
Pública	ETEC Vasco Antonio Venchiarutti	Administração
		Agrimensura
		Design de Interiores
		Edificações
		Informática
		Logística
		Meio Ambiente
Saneamento e Segurança do Trabalho		

Analisando a Tabela 11 observa-se que a maioria dos cursos ofertados é na área de serviços. Não há cursos técnicos nas áreas de mecânica, elétrica ou automação, por exemplo.

3 JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

O desafio de ofertar educação tecnológica na região salta aos olhos quando verificamos os dados educacionais do Censo 2010. Vejamos: 57.963 municípios possuem o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto; 91.338 possuem o Ensino Médio completo e superior incompleto. Portanto, somente na cidade de Jundiaí, temos um grande número de cidadãos que estão aptos a iniciarem sua vida acadêmica. No Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos a lista de espera no Ensino Fundamental II é de 400 educandos, sem contar os 1.500 vagas ofertadas nos programas PROEJA-FIC e PROEJA.

3.1 Audiência Pública para definição do curso³

No dia 27 de fevereiro de 2014, no auditório da Biblioteca Municipal Nelson Foot, localizada no Complexo Argos, foi realizada a “II Audiência Pública” para definição dos cursos a serem implantados no *Campus* Jundiaí. Reuniram-se representantes do IFSP, autoridades políticas, representantes de outras instituições de ensino e de sindicatos, bem como membros da comunidade em geral

A Audiência teve registrada a presença de autoridades tais como: Vereador Daniel Ferreira, representante da Câmara Municipal de Jundiaí; Vereador Rafael Purgato; Sr. Marcelo Felício Mônico, da Escola de Governo e Gestão Municipal; Sr. Dinei Pasqualini; Sra. Cláudia Serrano, representante da Prefeitura Municipal de Cajamar; Viviane Dobarro, Diretora da FATEC Jundiaí; Sr. Eduardo Alvarez, Diretor da ETEC Benedito Storani; Sr. Edegar de Assis, presidente da Associação de Aposentados de Jundiaí e Região. Dando inícios aos trabalhos, compôs-se a mesa solene com o vice-prefeito e secretário de Educação de Jundiaí, Durval Orlato; Prof. Eduardo Antonio Modena, reitor do IFSP; Andréa Cristina Zoca, diretora geral do *campus* avançado do IFSP de Araras; Reginaldo Vitor Pereira, diretor geral do *campus* avançado de Jundiaí e Sr. José Ronaldo Pereira, diretor de EJA do município de Jundiaí.

Em sua fala inicial, o Prof. Eduardo Antonio Modena enfatizou, em especial, o fato de que cada eixo inclui diferentes cursos e que aquele escolhido será não o único, mas o início de um grande *campus*. Destacou que seria iniciado um *campus* avançado e que, a partir da experiência prévia em outros *campi*, acreditava-se que em pouco tempo esse se tornaria *campus* pleno.

O Secretário Municipal de Educação fez a apresentação geral do projeto da implantação do *campus* do IFSP em Jundiaí, incluindo a pesquisa feita para escolha dos eixos tecnológicos; a explanação destes eixos e suas áreas; o acompanhamento da reforma do prédio a ser utilizado e o projeto específico deste, com suas oito salas, biblioteca e laboratório, totalizando 1200 m² de área disponível para os cursos iniciais até que o IFSP construa seu prédio, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Jundiaí. Ele ressaltou que, embora o Ensino Superior não

³ Todas as informações dessa seção foram extraídas da Ata da II Audiência Pública, feita no município de Jundiaí, da qual resultou a escolha do Técnico em Comércio como primeiro curso a ser ofertado pelo IFSP na cidade (documento anexo).

seja atribuição municipal, a vinda do IFSP para Jundiaí expandiria o acesso da educação pública do município, cumprindo a meta de promoção da Educação da creche ao ensino superior.

O Sr. Reginaldo Vitor Pereira, Diretor-Geral do *Campus Avançado* Jundiaí, por sua vez, destacou que Jundiaí iniciaria o Pronatec ainda naquele semestre.

Após o desfazimento da mesa solene, ficaram o Sr. Reginaldo Vítor Pereira, a Sra. Andréa Cristina Zoca e a Profa. Claudia Abboud Aranega, Diretora de Educação Básica e Pró-Reitora em Exercício do IFSP. Foi apresentado vídeo institucional sobre o IFSP, abordando desde sua fundação e expansão até o alcance dos *campi* atuais e futuros, provendo ensino, pesquisa e extensão.

O Sr. Reginaldo Vítor Pereira destacou que o *Campus Avançado* de Jundiaí iniciaria suas atividades no segundo pavimento do Complexo Argos, espaço este que atenderá ao IFSP por um período de dois a três anos, aproximadamente, até que se construa o espaço próprio. Mencionou que o IFSP, que já fora chamado CEFET e Escola Técnica de São Paulo, possui 30 *campi*, 28 em ação, 22 mil alunos, 2600 servidores e 12 *campi* avançados. Destacou que oferece, o IFSP, cursos como o PROEJA-FIC, técnicos, superiores, pós-graduação, formação continuada, entre outros. Salientou que um *campus* avançado difere de *campus* tanto pela oferta de ensino, pois não há pesquisa, quanto pela quantidade de funcionários – ou seja, 20 professores e 13 técnicos administrativos e, não, 70 docentes e 45 técnicos administrativos, como são os *campi* com autonomia plena. Acrescentou ainda que, em um eixo tecnológico, a força de trabalho se foca em uma área do saber, podendo se ofertar mais de um curso dentro da mesma área. Como exemplos destes eixos, podem ser citados: saúde, infraestrutura, recursos naturais, segurança, militar, entre outros.

Foram apresentados, a partir de análises prévias, dados socioeconômicos de Jundiaí, como o desenvolvimento nas áreas de indústria, comércio e serviços. Destacou-se que o PIB da cidade é maior na área de serviços, depois na área de indústria, seguida de administração. O mercado de trabalho é mais amplo na área de serviços, na administração pública e na indústria. Para a escolha do eixo ofertado, foram estudadas as características da regionalidade e a viabilidade econômica, equacionando os dados de demanda de mercado. Com tal cruzamento

de dados, se observou a necessidade do eixo de “gestão e negócios”. Em seguida, comparou-se a oferta pública de cursos nestas áreas, bem como a viabilidade estrutural para oferta de curso no segundo semestre deste ano. Com tais dados comparados, observou-se a importância de três cursos: Comércio, Logística e Administração. Quanto ao corpo docente necessário para a oferta de curso, informou-se que ainda não há a área de conhecimento formada, que será constituída a partir do concurso; podendo haver, também, docentes vindos por remoção interna.

Observou-se, também, que na “I Audiência” foi percebido um olhar macro, com dados que não se reportam a cursos superiores. Foi acrescentado que é preciso iniciar com cursos técnicos e, a partir destes, planejar cursos superiores. Assim, quanto aos cursos pesquisados, destacou-se que o segundo apontado em relevância, o curso de Logística, já é ofertado por instituição pública da região; os de Administração e Comércio são ofertados, porém por instituições privadas, ou seja, se oferecidos pelo IFSP, teriam característica de inédito em ensino público. Todos esses cursos possuem entrada semestral e prevêem certificação intermediária. Pode ser ofertado o curso técnico de 1 ano e meio ou dois anos de duração e, conforme ampliação do espaço físico, com a construção de prédio próprio, podem ser planejados outros cursos.

Foi esclarecido que a área de conhecimento ofertada naquela Audiência já faz parte dos cursos do IFSP há cerca de 30 anos, abrangendo diversos cursos em seu eixo. Foram citados exemplos de audiências em que a escolha recaiu em cursos muito específicos que, em relativamente pouco tempo, tornaram-se obsoletos. Assim, a oferta por área permite maior flexibilidade futura. Dadas as opções mencionadas – a saber, Administração, Logística e Comércio – optou-se por Técnico em Comércio. Passou-se, a seguir à abertura a quatro perguntas.

A senhora Shari Carneiro de Almeida, do Museu da Energia, solicitou mais informações sobre a contratação de professores, destacando a importância de utilizar a mão de obra capacitada que a cidade de Jundiaí oferece. O Sr. Eduardo Alvarez, da ETEC Benedito Storani, parabenizou o IFSP pela vinda do *campus* para Jundiaí e destacou que o curso de Técnico em Administração já é oferecido pela ETEC Vasco Venchiarutti, além de haver também oferta em instituição pública do curso de Logística. A estudante Maitê Lopes, representante da União Estadual de

Estudantes, perguntou se está previsto auxílio aos estudantes, na forma de moradia e/ou alimentação. A estudante Liliane Cruy Oliveira, da Universidade de Campinas, após elogio à vinda do IFSP, citando dados e instituições de Pesquisa e Estatística, questionou sobre os critérios de escolha do eixo apresentado, uma vez que a qualidade do trabalho, do ponto de vista do trabalhador e se considerando a área em longo prazo, é maior no eixo industrial e não no comércio.

A resposta direcionada à senhora Shari foi que a contratação de professores é por concurso público independente de região, sendo, também, previstos trabalhadores temporários e substitutos. Os cursos serão iniciados com a oferta de curso técnico, havendo, todavia, a tendência à oferta de abrir o curso integrado. Assim, conforme os cursos forem sendo estabelecidos, surgirá a necessidade de oferta de concursos. Porém, a contratação depende de disponibilização do MEC e não há, ainda, datas definidas. A resposta direcionada à pergunta da estudante Liliane Cruy Oliveira, por sua vez, foi que, para o *campus* que se iniciará no próximo semestre, o eixo industrial é inviável, dado tanto o montante do investimento para estruturá-lo quanto o tempo de implantação. Porém, nada impede que a Reitoria o pesquise e implante futuramente, visto que a escolha por um eixo não torna excludente outro, como o *campus* de Salto que oferta três eixos. A resposta à estudante Maitê Lopes, por sua vez, foi que o Instituto tem política de assistência estudantil, como bolsas de extensão e de pesquisa, além da verba que os *campi* recebem do Governo Federal destinada aos alunos, na forma de auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio a alunos pais, auxílio cultura para visitas técnicas. Há seleção prévia para estes recursos, porém, a meta estabelecida pela presidenta Dilma Rousseff é que nenhum aluno desista do curso por dificuldade econômica.

Abriu-se a discussão para mais quatro perguntas. A senhora Claudia Serrano, diretora de ensino de Cajamar, perguntou sobre oferta a alunos das cidades vizinhas. Márcio Luiz da Silva, aluno do CMEJA André Franco Montoro, perguntou sobre a oferta de cursos a alunos cursando o Ensino Médio na modalidade EJA. A senhora Viviane Dobarro, da FATEC de Jundiaí, após salientar a possibilidade de somar esforços e estabelecer convênios entre as instituições, perguntou sobre a possível oferta futura de cursos de engenharia e licenciaturas. O Sr. Daniel Silva, representante do Sindicato dos Metalúrgicos, salientou a importância da oferta de cursos do eixo eletroeletrônico, que é muito forte em Jundiaí.

A resposta direcionada à senhora Viviane Dobarro foi que o *campus* avançado tem por prioridade a oferta de curso técnico. Quando se torna *campus*, com pesquisa e extensão, a oferta é de 50% de cursos técnicos e 20% de licenciaturas e 30% de outros cursos. À medida que se fortalecer o *campus* avançado de Jundiaí, poderão ser ofertados cursos de licenciatura. A resposta direcionada ao estudante Márcio Luiz da Silva foi que ainda não haverá curso técnico integrado, mas sim o concomitante, no 2º semestre de 2014 e a partir de 2016 o Médio Integrado ao Técnico. A resposta à pergunta da senhora Cláudia Serrano foi que os alunos de toda a região poderão ser beneficiados, sendo livre a participação e concorrência. Destacou-se que a entrada no IFSP ocorre 100% mediante o SISU, via ENEM, e não por vestibular. Assim, alunos de todo o país podem concorrer às vagas. É, pois, planejado bolsas para auxílio em moradia e transporte para que tais alunos advindos de outras localidades sejam auxiliados minimamente. Destacou-se que não há reserva de vagas para alunos da cidade, porém o IFSP respeita a política de cotas também no Vestibulinho. A resposta direcionada ao Sr. Daniel Silva, por fim, foi que nada impede que futuramente sejam ofertados cursos no eixo eletroeletrônico, visto que o IFSP também é forte na área industrial. Destacou-se também que a oferta de cursos se faz a partir da área de conhecimento, ou seja, daquela pensada para as necessidades da região.

O senhor Ricardo Nori, diretor do *campus* de Piracicaba, pediu a palavra e mencionou que lá, em Piracicaba, o *campus* iniciou com curso técnico em Mecânica e Informática. Destacou que o eixo tecnológico industrial é muito caro e demanda muito tempo para que se estabeleça um curso conforme o foco do IFSP – que é de cursos de alta qualidade de ensino. Assim, um espaço curto de seis meses, infelizmente, não permite tal implementação. Entretanto, a julgar pelo exemplo de Piracicaba – que hoje possui tanto o curso de Engenharia Mecânica, o único gratuito da cidade, quanto de licenciatura em Física, com altíssima procura e baixa evasão –, iniciar com um curso técnico é apenas um passo para que depois venham mais outros para o *campus*.

O Sr. Nivaldo José Nascimento, do PROEJA de Jundiaí, pediu a palavra para perguntar se os alunos daquele curso farão o curso técnico. O Sr. Gilberto Gouveia, engenheiro da Prefeitura Municipal de Jundiaí, perguntou se está prevista a

implantação do eixo de Meio Ambiente, com foco em resíduo sólidos, pois há grande procura de profissionais desta área, porém, não são encontrados na região.

O Secretário de Educação e Vice-Prefeito, Durval Orlato, pediu a palavra para complementação da fala. Salientou que Jundiaí fora incluído no último momento, e fora ofertado o espaço no Complexo Argos, onde funcionara a Biblioteca Municipal. Destacou que no momento não pode ser oferecido outro curso, porém à medida que a demanda for ocorrendo, eles serão implantados. Acrescentou que esta é uma conquista da sociedade e que o leque de opções de cursos está aberto. Também afirmou que se começou com uma peça encaixada neste leque e há a intenção de futuramente ampliá-lo. Mencionou também que há a intenção de ofertar até mesmo o projeto de construção, para acelerar a vinda do *campus*. Destacou também que, via de regra, a maioria dos *campi* se tornam regionais, pela distância de estudar em outras localidades, beneficiando os estudantes de toda esta região. Salientou que, dado o caráter inédito da oferta em rede pública, a melhor opção é o curso de técnico em Comércio.

O Prof. Daniel Savério Spozito, diretor do *campus* de Campinas, *campus* este com um ano de diferença de Jundiaí, destacou que o curso técnico em Comércio possui em sua grade curricular as áreas de comércio, *marketing*, matemática financeira etc., cujos professores podem ser deslocados para diversos cursos, ampliando as opções ofertadas. Lá, acrescentou, já é oferecido outro eixo diferente do inicial, destacando que outros eixos podem incluir os mesmos professores. Além disso, a construção de *campi* não exclui nenhuma oferta, havendo necessidade, o concurso para contratação de professores é justificado. No entanto, iniciar como eixo de Gestão e Negócios acaba sendo “curinga” para escolha de professores.

A Profa. Jaqueline de Blasi, coordenadora do curso de Mecânica em Hortolândia, afirmou que, após um ano da escolha do curso de Mecânica, conseguiu-se montar os laboratórios. Destacou também que, à medida que o *campus* fica mais forte, afinado com as características da cidade, o vínculo com a cidade cresce e os eixos também podem ser mudados.

O vereador e professor de Física Rafael Purgato elogiou a vinda do *campus* avançado e destacou que, conforme os comentários da II Audiência, fica implícito que a cidade possui uma série de demandas nas áreas ambiental, industrial,

ferroviária, entre outros. Acrescentou que, com contribuição estadual, é possível utilizar a estrutura privada já existente para trazer ao público mais opções, prevendo também parcerias com empresas com interesses em oferta de cursos específicos.

A seguir, foi retomada a palavra direcionada às respostas das perguntas feitas. A resposta à questão levantada pelo Sr. Nivaldo José Nascimento foi que a partir do momento em que houver curso técnico, para PROEJA também o terá. A previsão para tal curso é para o primeiro semestre de 2015. A resposta direcionada ao vereador Rafael Purgato foi que é possível parceria, percebendo-se a necessidade do mercado e a demanda levantada. No momento, o modo de estruturação e organização é determinado pelo MEC. Cada município deve dispor de espaço público a ser cedido ou doado ao MEC, que procederá com a construção. A partir disto, o *campus* não mais é visto como avançado, e sim como *campus*. Destacou-se que se acredita que, se iniciando com curso técnico, em dois anos será conseguido o status de *campus*. Salientou-se também que, em Jundiaí, o IFSP foi iniciado no segundo semestre de 2013, com o curso PROEJA. A resposta direcionada ao Sr. Gilberto Gouveia foi que há pertinência na criação de cursos na área ambiental e, à medida que houver tanto professores quanto necessidade do curso, estes serão oferecidos.

O Sr. Luiz Alberto de Lima Boscato, professor de História, perguntou em que *sites* estarão disponíveis as informações acerca dos concursos do IFSP, sendo respondido que no *site* do próprio IFSP. Destacou-se, também que a forma de ingresso na rede tecnológica é por concurso público e, inicialmente, está prevista a remoção interna. Por questão legal, devido ao processo eleitoral deste ano, o concurso deveria ser homologado até 30 de junho. Visto que este prazo é muito curto, não haverá vagas efetivas neste ano. Espera-se que, no próximo ano, aproximadamente em março, haja o concurso público para provimento de vagas.

O Sr. Ricardo Nori, do *campus* de Piracicaba, pediu a palavra novamente e destacou que, por exemplo, o *Campus* Cubatão possui a melhor nota no ENEM, em toda a Baixada Santista. Assim, além da utilidade do eixo escolhido para o mercado de trabalho, os estudantes egressos dos cursos técnicos do IFSP, em grande maioria oriundos da classe média, adquirem excelente formação e preparação para o Vestibular melhor que a ofertada em escolas particulares.

O Sr. Reginaldo Vítor Pereira acrescentou que, por motivos de ordem, a audiência deveria ser encerrada às 22h. Passou-se a fala à Sra. Andréa Zoca, que encerrou a II Audiência com a escolha do curso técnico em Comércio, afirmando também que, por meio deste, a cidade de Jundiaí colheria bons frutos.

4 Objetivos

4.1 Objetivo Geral

O principal objetivo é formar profissionais Técnicos em Comércio de forma a proporcionar aos alunos uma formação técnica de qualidade capaz de atender expectativas e necessidades das empresas da região e aumentar suas chances de inserção e contribuição no mercado de trabalho. O Curso pretende desenvolver no aluno competências e habilidades para atuar na área de formação por meio de empresa ou negócio próprio, conhecendo os princípios do empreendedorismo e sendo capaz de avaliar a capacidade e planejar a qualificação da equipe de trabalho. Pretende também formar profissionais capacitados, com conhecimento das diferentes formas de empreendimentos (negócios) e gestão aplicada, de técnicas de gestão e das funções de planejamento, controle e organização. Dessa forma, o curso atende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece que os alunos egressos do ensino fundamental e médio, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, tenham a possibilidade de acesso à Educação Profissional, como forma de capacitação.

4.2 Objetivo Específico

A proposta do curso é formar um profissional que participa, organiza e auxilia o processo de compras e vendas, bem como verifica as viabilidades econômicas e financeiras para efeito de planejamento empresarial; analisa o potencial de clientes e assessora os vendedores na venda; atua de forma pró-ativa nas decisões da organização, demonstrando liderança, iniciativa, sensatez e flexibilidade no ambiente de trabalho. O curso também se propõe a capacitar o educando a assessorar na estrutura e no funcionamento da empresa com base na sua meta e nos seus objetivos, por meio das diretrizes, dados e informações contidas no planejamento estratégico, tático e operacional das empresas. Acompanha o processo de comercialização, distribuição, armazenagem, exportação e importação de produtos e serviços e atua na operacionalização do planejamento de recursos humanos, *marketing*, logística e comercialização.

5 REQUISITOS DE ACESSO

Para matricular-se nos cursos técnicos oferecidos pelo IFSP – *Campus Avançado Jundiaí*, o aluno candidato deverá:

- Estar cursando o segundo ou terceiro ano do Ensino Médio ou ter concluído o Ensino Médio;
- Ter sido aprovado em processo seletivo da instituição.
- A instituição não deverá exigir competências ou conhecimentos específicos próprios do curso.
- O acesso também poderá ocorrer por meio de transferência interna ou externa, pela reopção de curso e ex-ofício, além dos processos seletivos simplificados para vagas remanescentes, os quais a instituição poderá efetuar por meio de edital específico a ser publicado no sítio institucional - uma vez estando todos previstos nas normas acadêmicas bem como na legislação vigente.
- Consoante ao disposto na Lei 12.711, de 29/08/2012, deverão ser reservadas, em cada processo seletivo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escola pública, que tenham renda *per capita* bruta inferior a um vírgula cinco salário(s) mínimo(s) e aos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, conforme último Censo do IBGE.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

6.1 Perfil Profissional de Conclusão do Módulo II

Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente de Vendas. Segundo o Catálogo Brasileiro de Ocupações, que tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares, o assistente de vendas é um profissional que planeja vendas especializadas; demonstra produtos e serviços; concretiza vendas. Acompanha clientes na pós-venda e contata áreas internas da empresa. Sugere políticas de vendas e participa de eventos.

6.2 Perfil Profissional de Conclusão do Curso

Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Comércio (pertencente ao eixo tecnológico “Gestão e Negócios”) é um profissional apto a aplicar métodos de comercialização de bens e serviços, visando à competitividade no mercado e atendendo às diretrizes organizacionais; comunicar previsões e demandas aos fornecedores; efetuar controle quantitativo e qualitativo de produtos e proceder a sua armazenagem no estabelecimento comercial; operacionalizar planos de *marketing* e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização. O egresso pode atuar nas diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Organização Modular

O currículo foi organizado de modo a garantir o desenvolvimento de competências fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, além daquelas que foram identificadas pela comunidade escolar. A organização curricular para a Habilitação de Técnico em Comércio (pertencente ao eixo tecnológico “Gestão e Negócios”) está estruturada em módulos articulados, com terminalidade correspondente a qualificações profissionais de nível técnico identificadas no mercado de trabalho. As áreas modulares constituem um importante instrumento de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, a fim de se adaptar às distintas realidades regionais, permitindo a inovação permanente e mantendo a unidade e a equivalência dos processos formativos.

A estrutura curricular, que resulta das diferentes áreas modulares, estabelece as condições básicas para a organização dos tipos de itinerários formativos que, articulados, conduzem à obtenção de certificações profissionais. Os módulos são organizações de conhecimentos e saberes provenientes de distintos campos disciplinares, através de atividades formativas que integram a formação teórica e a formação prática em função das capacidades profissionais que se propõe desenvolver. Para cada módulo, propõem-se os seguintes critérios de organização curricular:

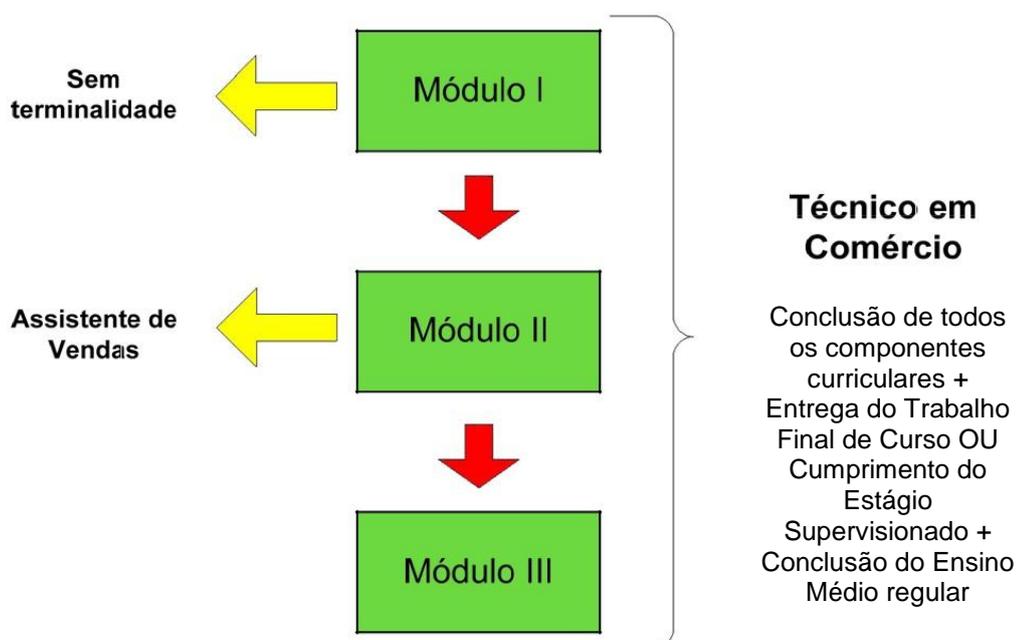
- Um conjunto de competências que servirão de base para seleção de conteúdos por parte da equipe docente;
- Um conjunto de atividades e estratégias formativas que os docentes propõem para a organização dos processos de ensino-aprendizagem;
- Uma estimativa de carga horária.

7.2 Itinerário Formativo

A Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Comércio é composta por três módulos. O Módulo I é básico e não possui terminalidade, ou seja, ao fim deste módulo os alunos não recebem qualificação técnica. Com a conclusão do Módulo II o aluno receberá a Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente de Vendas. Ao completar os três Módulos, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Comércio, desde que tenha concluído, também, o Ensino Médio.

É importante observar que o estágio é facultativo e somente poderá ser realizado de maneira concomitante com o curso, ou seja, será permitido realizar estágio apenas enquanto estiver regularmente matriculado. Após a conclusão de todos os componentes curriculares será vedada a realização de estágio supervisionado.

Caso o aluno realize o estágio supervisionado em atividades relativas ao curso, este poderá solicitar a dispensa de realizar o Trabalho Final de Curso. Para tanto, deverá ser aprovado em todos os componentes curriculares, inclusive na disciplina de Projeto Integrado, devendo ser avaliado pelas demais atividades realizadas ao longo do desenvolvimento deste componente curricular, ficando apenas dispensado de entregar e apresentar o trabalho final.



7.3 Estrutura Curricular

 <p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO Criado pelo Decreto nº 7.566, de 23/09/1909 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e transformado pela Lei nº 11.892 de 29/12/2008.</p> <p style="text-align: center;">ESTRUTURA CURRICULAR DO ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE</p> <p style="text-align: center;">Base Legal: Lei 9.394/96, Decreto 5.154/2004 e Resoluções CNE/CEB nº 002/2012, 006/2012 e Parecer nº 11/2012. Resolução de Autorização do Curso no IFSP nº XXX, de XX/XX/XXXX.</p>							Carga horária do curso	
CAMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ							839	
CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS							Nº de semanas 19	
COMPONENTES CURRICULARES	Cód. Disc.	Teoria/ Prática	Nº Prof.	Módulos - aulas/semana			Total de Aulas no Módulo	Total de Horas no Módulo
				1º	2º	3º		
Módulo I - Básico								
Administração Geral	ADMC1	TEORIA	1	2			38	32
Contabilidade Básica	CTBC1	TEORIA	1	4			76	63
Informática Aplicada e Sistemas	IASC1	PRÁTICA	2	4			76	63
Comunicação Empresarial I	COEC1	TEORIA	1	2			38	32
Economia	ECOC1	TEORIA	1	2			38	32
Governança Corporativa e Ética Emp.	GCEC1	TEORIA	1	2			38	32
Matemática Financeira	MAFC1	TEORIA	1	4			76	63
TOTAL I				20			380	317
Módulo II – Assistente de Vendas								
Estatística	ESTC2	TEORIA	1		2		38	32
Gestão de Pessoas	GEPC2	TEORIA	1		3		57	48
Administração de Recursos Materiais	ARMC2	TEORIA	1		2		38	32
Técnicas de Vendas e Negociações	TVNC2	TEORIA	1		2		38	32
Comunicação Empresarial II	COEC2	TEORIA	1		2		38	32
Planejamento Empresarial	PLEC2	TEORIA	1		2		38	32
Administração Mercadológica	AMEC2	TEORIA	1		4		76	63
Adm. da Produção e Operações	APOC2	TEORIA	1		2		38	32
TOTAL II					19		361	301
Módulo III – Técnico em Comércio								
Administração de Compras	ADMC3	TEORIA	1			2	38	32
Pesquisa de Mercado	PQMC3	TEORIA	1			2	38	32
Empreendedorismo	EMPC3	TEORIA	1			2	38	32
Teoria do Varejo	TOVC3	TEORIA	1			2	38	32
Gestão da Qualidade	GEQC3	TEORIA	1			2	38	32
Comércio Eletrônico	CMEC3	TEORIA	1			2	38	32
Projeto Integrado	PRIC3	PRÁTICA	2			2	38	32
TOTAL III						14	266	222
TOTAL DE AULAS								1007
TOTAL ACUMULADO DE HORAS AULA								839
TOTAL DE HORAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO FACULTATIVO								360
TOTAL ACUMULADO DE HORAS (Incluindo Estágio Supervisionado Facultativo)								1199
Obs: 1) As aulas serão de 50 minutos.								
2) A conclusão de todos os módulos, do trabalho final do curso ou estágio supervisionado e do Ensino Médio regular confere a habilitação técnica Profissional de Técnico em Comércio.								
3) O estágio supervisionado não é obrigatório e deverá apresentar carga mínima de 360 horas, realizado de maneira concomitante com o curso.								
Módulo I: Sem terminologia								
Módulo Básico I + Módulo II: Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente de Vendas								

7.3.1 Quadro de Identificação do Curso

Campus	Avançado Jundiaí
Modalidade	Concomitante/Subsequente
Período de oferta de vagas	Noturno
Quantidade de vagas semestrais	40
Nº de semestres	3
Carga horária mínima obrigatória	839 horas
Carga horária mínima optativa	--
Duração hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas

A previsão inicial de ofertas de vagas para o Curso Técnico de Comércio para o *Campus* Avançado Jundiaí é:

Turno	1º Semestre	2º Semestre
Noite	40 vagas	40 vagas

7.4 Dispositivos legais que devem ser considerados na organização curricular

7.4.1 LEIS

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- **Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008.**

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

7.4.2 DECRETOS

- **Decreto Nº 5.154 DE 23 de julho de 2004.**

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

- **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.**

Regulamenta o art. 80 da Lei Nº9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Regulamenta a modalidade de Educação à Distância no país.

- **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.**

Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000-que dá prioridade ao atendimento às pessoas com necessidades específicas e a de nº10.098, de 19 de dezembro de 2000-que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

7.4.3 RESOLUÇÕES

- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012.**

Dispõe sobre a alteração na Resolução CEB/CNE nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

- **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.**

Define as Diretrizes as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.**

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Técnico.

- **Resolução CONFEA Nº 473, DE 26 de novembro de 2002, DOU de 12/12/2002**

Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

- **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.**

Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização do Estágio de alunos de Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- **Resolução CNE/CEB nº 2 de 4 de abril de 2005.**

Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

7.4.4 PARECERES

- **Parecer CNE/CEB nº 40/2004.**

Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

- **Parecer CNE/CEB nº 39/2004.**

Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

- **Parecer CNE/CEB nº 16/99.**

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

- **Parecer CNE/CEB nº 17/97.**

Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

- **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012.**

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

7.4.5 PORTARIA

- **Portaria no 870, de 16 de julho de 2008.**

Estabelece referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio.

7.4.6 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- **Resolução nº 871, de 04 de junho de 2013**
Regimento Geral do IFSP.
- **Resolução nº 872, de 04 de junho de 2013**
Estatuto do IFSP
- **Resolução nº 866, de 04 de junho de 2013**
Projeto Pedagógico Institucional
- **Resolução nº859, de 7 de maio de 2013**
Organização Didática do IFSP. Considerando a atualização dada pela Resolução nº 25, de 11 de março 2014.
- **Resolução nº283, de 03 de dezembro de 2007**
Conselho Diretor do CEFETSP, que aprova a definição dos parâmetros dos planos de cursos e dos calendários escolares e acadêmicos do CEFETSP (5%).
- **Resolução IFSP nº 26, de 11 de março de 2014**
Delega competência ao Pró-reitor de Ensino para autorizar a implementação de atualizações em Projetos Pedagógicos de Cursos pelo Conselho Superior (que revoga a Resolução nº373 de 05/08/2008).
- **Portaria nº 1.204/ IFSP, de 11 de maio de 2011.**
Aprova o Regulamento do Estágio Supervisionado para os cursos do IFSP.

8 PLANOS DAS DISCIPLINAS

8.1 Planos das disciplinas do Primeiro Módulo

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	CAMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ
--	--

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Administração Geral	Código: ADMC1
Semestre: 1º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
<p>A disciplina apresenta os conceitos fundamentais das organizações, tipologias de organizações segundo porte e características organizacionais, do mundo do trabalho, de administração e áreas da administração. Aborda a história da administração, apontando os antecedentes históricos da administração e a história da administração no Brasil. Apresenta, também, a profissão do administrador e funções administrativas.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Analisar as teorias administrativas. Analisar as atividades realizadas pelas áreas básicas de uma empresa. Identificar atribuições das funções na administração. Analisar a importância da formalização da estrutura organizacional nos departamentos. Interpretar os sistemas e processos administrativos. Construir procedimentos para avaliar as atribuições das funções na distribuição dos trabalhos.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
<ol style="list-style-type: none">1. Teorias administrativas2. Áreas funcionais básicas de uma empresa: Financeira, Marketing,	

<p>Produção, Recursos Humanos e Materiais</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle 4. Componentes da estrutura organizacional 5. Tipos de departamentalização 6. Manual de organização 7. Sistemas de informação e administração 8. Modelos de formulários e planilhas 9. Fluxogramas, cronograma e demais representações gráficas 10. Sistemas de organogramas para as atribuições de funções. 11. Formas de distribuição do trabalho
<p>5. METODOLOGIAS</p>
<p>Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.</p>
<p>6. AVALIAÇÃO:</p>
<p>Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.</p>
<p>7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da administração. Ed. Campus, 2006.</p> <p>GURGEL, Cláudio; RODRIGUEZ, Martius V. R. Administração: elementos essenciais para a gestão das organizações. Editora Atlas, 2009.</p> <p>SILVA, Adelphino T. da. Administração básica. 5.ed. Editora Atlas, 2009.</p>
<p>8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>SNELL, Scott A.; BATEMAN, Thomas S. Administração: construindo vantagem competitiva. Editora Atlas, 1998.</p>
<p>9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA</p>
<p>Equipe do <i>Campus</i> Suzano (2010)</p>

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Contabilidade Básica

Código: CTBC1

Semestre: 1º

Nº aulas semanais: 4

Total de aulas: 76

Total de horas: 63

2. EMENTA

A disciplina aborda os principais aspectos da contabilidade e sua aplicação no mercado de trabalho.

3. OBJETIVOS

Interpretar os elementos que compõem o patrimônio da organização. Contextualizar os atos e fatos nas mutações patrimoniais. Interpretar as contas e o plano de contas. Analisar partidas contábeis, de conformidade com a natureza da operação. Organizar registros patrimoniais. Identificar a relação entre as políticas financeiras e a execução financeira no processo de definição dos parâmetros da política de financiamento comercial, industrial.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

- 12.Noções Básicas de Contabilidade: patrimônio, escrituração, contas e sua classificação, razonete e balancete.
- 13.Operações com Mercadorias: compra de mercadorias, estoque de mercadorias, venda de mercadorias.
- 14.Conciliação bancaria.
- 15.Gestão de capital: dificuldades e fontes de financiamento.
- 16.Conceito de Operações Financeiras Emissão de documentos fiscais: Títulos de Crédito, Contas a pagar/Contas a receber, Livro de Caixa e

de Conta Corrente.

17. Formação de Preço de venda no comércio.

18. Medidas da eficiência financeira das empresas: Execução financeira, Fluxo de Caixa, Operações com Duplicatas (a receber, a pagar, descontos concedidos, descontos obtidos, impostos a pagar e a recuperar).

19. Sistemas informatizados de processamento contábil e financeiro.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo V.; NEVES, Silverio das. **Contabilidade básica**. 14.ed. Editora Frase.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade básica**. 7.ed. Ferreira, 2009

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Informática Aplicada e Sistemas

Código: IASC1

Semestre: 1º

Nº aulas semanais: 4

Total de aulas: 76

Total de horas: 63

2. EMENTA

A disciplina introduz os principais conceitos relacionados à Informática. Apresenta os sistemas componentes de um computador. Aborda o sistema operacional e o ambiente de trabalho com interface gráfica. Dá ênfase à utilização de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Possibilita aos alunos a resolução de problemas matemáticos usando softwares, voltados ao mercado de trabalho.

3. OBJETIVOS

Utilizar os principais periféricos e as configurações necessárias. Apresentar soluções no domínio do Sistema Operacional Windows e seus recursos. Configurar o ambiente de trabalho do Sistema Operacional. Gerenciar o armazenamento de arquivos de diversos tipos através do Sistema Operacional. Salvar em meios magnéticos um documento eletronicamente redigido. Aplicar os recursos do aplicativo de processador de texto. Produzir diversos tipos de documentos formais ou informais através do computador. Utilizar os recursos do aplicativo de planilha eletrônica. Apresentar projetos e trabalhos com programas eletrônicos. Apresentar os recursos do aplicativo de planilha eletrônica de forma integrada. Detectar meios de comunicação eletrônica. Usar aplicativo de apresentação multimídia com os recursos da

Internet. Executar procedimentos para o comércio eletrônico.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Conceitos básicos de informática: software, hardware, periféricos, memórias e unidade de medida.
2. Introdução ao Sistema Operacional Windows: configuração da área de trabalho, Menu Iniciar e Barra de Tarefas, Painel de Controle, Windows Explorer e Ferramentas do Sistema.
3. Gerenciamento de Arquivos.
4. Operação e configuração de programas de computadores.
5. Processadores de Texto (formatação básica, organogramas, desenho, figuras, mala direta, etiquetas).
6. Planilha eletrônica (Formatação, fórmulas, funções, gráficos).
7. Aplicativo de Apresentação.
8. Internet: Serviços e buscas; envio e recebimento de *e-mails*; comércio eletrônico.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Aulas Práticas em Laboratório de Informática, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANZANO, André Luiz. **Estudo dirigido de informática básica**. 7.ed. Editora Érica, 2009

SILVA, Mário Gomes da. **Informática**: terminologia, Microsoft Windows Vista, internet e segurança, Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office Access 2007, Microsoft Office PowerPoint 2007. Editora Érica.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. Editora Campus, 2004.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Mário Gomes da. **Informática**: terminologia básica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office, Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. 6.ed. Editora Érica.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Comunicação
Empresarial I

Código: COEC1

Semestre: 1º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina apresenta as técnicas de correspondência administrativa e a aplicação das normas da língua na elaboração de textos. Aborda a elaboração de relatório, atestado, requerimento, memorando, ofício, circular, procuração, carta comercial, ata, currículo, entre outros.

3. OBJETIVOS

Analisar textos técnicos/comerciais do eixo tecnológico de Gestão e Negócios, por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos. Desenvolver textos técnicos aplicados ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios de acordo com normas e convenções específicas.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Estudos de textos técnicos/ comerciais aplicados ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios, por meio de:

- Indicadores linguísticos: vocabulário; morfologia; sintaxe; semântica; grafia; pontuação; acentuação; entre outros.

- Indicadores extralinguísticos: efeito de sentido e contextos sócio-culturais; modelos preestabelecidos de produção de texto.

2. Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e a produção de textos técnicos específicos do eixo tecnológico de Gestão e Negócios:

- Ofícios; memorandos; comunicados; cartas; avisos; declarações; recibos; carta-currículo; curriculum vitae; relatório técnico; contrato; memorial descritivo; memorial de critérios; técnicas de redação.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGENTI, Paul. **Comunicação empresarial**. 4.ed. Editora Campus.

NADOLSKIS, H. **Normas de comunicação em Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NASSAR, Paulo; FIGUEIREDO, Rubens. **O que é comunicação empresarial**. Editora Brasiliense.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT para documentação**. Rio de Janeiro.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência: linguagem e comunicação**. São Paulo: Atlas, 2007.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MEDEIROS, J.B. **Redação empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA LIMA, A. **Interpretação de textos: aprenda, fazendo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez,

2002.

SOUZA, L. M.; CARVALHO, S. W. **Compreensão e produção de textos.**
Petrópolis: Vozes, 2011.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Economia

Código: ECOC1

Semestre: 1º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina aborda os aspectos da teoria econômica relacionados com os fatos cotidianos e com os instrumentos de análise de resultados de atividades empresariais e destas com o ambiente econômico. Apresenta a evolução do pensamento econômico e os elementos de microeconomia. Aborda, também, os principais tópicos de macroeconomia.

3. OBJETIVOS

Saber como a economia afeta a comunidade; conhecer como funcionam os mercados; aprender o que é um mercado competitivo; avaliar o que determina a demanda e a oferta de um bem em um mercado competitivo: como a oferta e a demanda determinam o preço do bem; compreender a influência das políticas de impostos e de preços sobre a oferta e demanda de um bem; avaliar quando um mercado constitui-se em monopólio ou oligopólio; compreender como a demanda de mão-de-obra influencia a política salarial; interpretar o que significa desigualdade econômica/distribuição de renda; reconhecer os principais índices econômicos em uso nos mercados brasileiro e internacional; conhecer o significado e a importância dos sistemas de capitalização de empresas; interpretar situações econômicas vigentes; conhecer a importância do Mercosul; conhecer os tipos de empresas de capital aberto; identificar os títulos do mercado de capitais.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Princípios da economia;
2. Como funcionam os mercados; oferta, demanda e políticas econômicas de governo; consumidores e produtores;
3. Comportamento da empresa e organização da indústria: monopólio e oligopólio, concorrência monopolística; economia dos mercados de trabalho;
4. Distribuição de renda; dados macroeconômicos: PIB – produto interno bruto; renda nacional, custo de vida;
5. Poupança x investimento; inflação: causas e custos;
6. Sistema Financeiro Nacional: estrutura institucional (subsistemas normativo e operacional), sistema de pagamentos.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNSTEIN, Israel. **Economia de empresas: Aplicações, Estratégia e Táticas**. Editora Atlas, 2005.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. **Economia aplicada**. Editora FGV, 2008.

MANKIW, N Gregory. **Introdução à Economia**. Editora Thompson Pioneira, 2005.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2005.

MANKIW, N Gregory. **Macroeconomia**. Editora LTC, 2005.

_____. **Princípios da Microeconomia.** Editora Thompson Pioneira, 2004.

McCGUIGAN, J.R.; MOYER,R.C.; HARRIS,F. **Economia de empresas, aplicações, estratégias e táticas.** Editora Thompson, 2006.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Introdução à Economia.** Editora Atlas, 2003.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Governança Corporativa e Ética Empresarial

Código: GCEC1

Semestre: 1º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina apresenta os conceitos e princípios da ética e da moral. Enfatiza a reflexão sobre a moralidade e a ética ao longo do pensamento ocidental. Aborda o capitalismo, comércio, indústria e a ética do auto-interesse tendo em vista o mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. Apresenta, também, a ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Apresenta um panorama aos alunos sobre a atuação profissional e os dilemas éticos. Mostra o exercício da profissão e o código de ética.

3. OBJETIVOS

Analisar conceitos e princípios da ética. Analisar os códigos de ética profissional, as regras e regulamentos organizacionais. Trabalhar em equipe e cooperativamente, valorizando e encorajando a autonomia e a contribuição de cada um. Promover a imagem da organização e pessoal, percebendo ameaças e oportunidades que possam afetá-la e os procedimentos de controle adequados a cada situação. Desenvolver mecanismos para inclusão social.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Conceitos e princípios de ética

2. Códigos de Ética Empresarial: códigos de ética, códigos de ética de

empresas, desenvolvimento de códigos e códigos de ética de profissionais.

3. Conceitos de trabalho em equipe, cooperação e autonomia pessoal

4. A importância do feedback nas relações interpessoais

5. Importância da ética nas atividades humanas

6. Critérios de imagem pessoal e organizacional

7. Atuação profissional: administrando pessoas e conflitos, administrado informações e administrando recursos

8. Perfil ético das organizações: características das organizações, nos "bastidores" das organizações, organização e lucratividade e perfil ético que deve ter uma organização e legislação trabalhista

9. Justiça e Direito: inclusão social

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NETO, João Augusto Mattar. **Filosofia e Ética na Administração**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Governança corporativa e sucesso empresarial**: melhores práticas para aumentar o valor da firma. Editora Saraiva.

SOUZA FILHO, Oscar d'Alva. **Ética individual e ética profissional**: princípios da razão feliz. 4.ed. Rio de Janeiro: ABC Editora, 2004.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. Editora Saraiva.

MATOS, Francisco G. de. **Ética na gestão empresarial**. Editora Saraiva.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Matemática Financeira	Código: MAFC1
Semestre: 1º	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 63
2. EMENTA	
<p>A disciplina aborda os principais conceitos sobre juros, capitalização simples, capitalização composta, desconto e taxa de desconto. Apresenta as taxas nominais, efetivas e reais. Aborda, também, as séries de pagamentos e o sistema de amortização. Estabelece os critérios de correção monetária e inflação.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Analisar conceitos de Matemática Financeira (juros, descontos, prestações e empréstimos) e calcular valores. Contextualizar políticas de crédito, cobrança e financiamentos.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
<p>1. Sistemas de crédito e cobrança: juros simples, juros compostos, descontos, empréstimos (sistemas de amortização).</p> <p>2. Matemática Financeira: amortização, depreciação, descontos, rendas, cambio.</p> <p>3. Técnicas de manuseio de calculadora financeira.</p> <p>4. Planilhas eletrônicas.</p>	
5. METODOLOGIAS	

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAZZAN, Samuel; PONPEU, José Nicolau. **Matemática financeira**. 6.ed. Saraiva, 2007.

VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática financeira**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUHNEN, Osmar Leonardo. **Matemática financeira aplicada e análise de investimentos**. São Paulo: Atlas, 1994.

LAPPONI, Juan Carlos. **Matemática financeira: Usando Excel 5 e 7**. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora Ltda, 1996.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, José M. **Matemática financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira objetiva e aplicada**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2006

PUCCINI, Abelardo de Lima; PUCCINI, Adriana. **Matemática financeira objetiva e aplicada**. Edição Compacta. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos**. 2.ed. São Paulo, Makron Books, 1995.

SHINODA, Carlos. **Matemática financeira para usuários do Excel 5.0**. São Paulo: Atlas, 1998.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

8.2 Planos das Disciplinas do Segundo Módulo

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	CAMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ
--	--

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Estatística	Código: ESTC2
Semestre: 2º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
A disciplina faz uma introdução à Estatística e seus conceitos básicos, enfatizando os métodos de análise exploratória de dados.	
3. OBJETIVOS	
Ter conhecimento das formas de medição das variáveis de sua área de atuação e de organização e manipulação dos dados. Saber produzir sínteses numéricas e gráficas dos dados, através da construção de índices, mapas e gráficos. Saber usar os Modelos básicos de análise estatística, de forma especial os Modelos de associação entre uma variável resposta e um conjunto de variáveis explicativas.	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
1. Métodos básicos de estatística	
2. Estatística descritiva	
3. Teste de hipóteses	
4. Amostragem	
5. Medidas de posição, Medidas de tendência Central, Medidas de Variabilidade, Medidas de Assimetria e Curtose.	

5. METODOLOGIAS
Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.
6. AVALIAÇÃO:
Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.
7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ANDERSON, David R.; SWEENEY, Denis J.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia . São Paulo: Thompson Learning, 2003.
BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antonio C. P. Noções de probabilidade e estatística . 6.ed. São Paulo: Edusp, 2005.
8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil . 19.ed. Editora Saraiva.
9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA
Equipe do <i>Campus</i> Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Gestão de Pessoas

Código: GEPC2

Semestre: 2º

Nº aulas semanais: 3

Total de aulas: 57

Total de horas: 48

2. EMENTA

A disciplina aborda as organizações e a administração de pessoal, mostrando sua evolução e as funções administrativas e operacionais. Enfatiza os desafios da gestão de pessoal, a responsabilidade social das organizações e o significado do trabalho. Apresenta os novos paradigmas de cargos e salários, o Outplacement, educação e treinamento. Aborda, também, os cenários futuros e o conhecimento sobre as organizações. Denota especial importância ao comportamento humano nas organizações.

3. OBJETIVOS

Identificar o processo de pesquisa, recrutamento e seleção de pessoas, bem como, instrumentos, dados e meios necessários. Interpretar os conceitos e objetivos da gestão de pessoas. Compreender como se administram talentos e o capital intelectual nas organizações. Avaliar a política e as ações de recursos humanos para programas de incentivos. Identificar a cultura organizacional das empresas. Analisar as técnicas de desenvolvimento organizacional. Analisar a importância da higiene e segurança do trabalho.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Técnicas de recrutamento de pessoal.
2. Conceitos e objetivos de Gestão de Pessoas

3. As mudanças e transformações no cenário mundial
4. Administração de Talentos Humanos e do Capital Intelectual.
5. Programas de incentivos ao desempenho
6. Cultura Organizacional
7. Aprendizagem organizacional.
8. Desenvolvimento de Pessoas e de Organizações.
9. Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no trabalho

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DUTRA. **Gestão de pessoas**: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. **Gestão estratégica de pessoas**: evolução, teoria e crítica. Editora Cengage Learning, 2009.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATEMAN, T S.; SNELL, S. A. **Administração**: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BERGAMÍNI, C. W. **Motivação nas organizações**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BOM SUCESSO. Edina de Paula. **Trabalho e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Qualymark, 1997.

BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (org.). **Manual de gestão de pessoas e equipes**: estratégias e tendências. São Paulo: Gente, 2002.

BRUCE, Anne. **Como motivar sua equipe**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para a administração participativa. 3ª Edição. São Paulo: Makron Books, 1994.

FLEURY, Maria Tereza Leme (org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

PACHECO, Luzia. **Capacitação e desenvolvimento de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Administração de Recursos Materiais	Código: ARMC2
Semestre: 2º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
A disciplina introduz os conceitos de administração de recursos materiais, dimensionamento de estoque e política de estoques, compras, almoxarifado, recebimento armazenamento e distribuição de materiais.	
3. OBJETIVOS	
Caracterizar a gestão de recursos materiais, seus objetivos e abrangência, identificando os elementos que a compõem. Correlacionar as ações de recursos, tais como: processos de aquisição, gerenciamento de estoque, patrimônio. Caracterizar objetivos, dados e informações do planejamento de recursos materiais. Reconhecer Modelos inovadores de planejamento de recursos materiais.	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento de Recursos Materiais. 2. Condições de estoque. 3. Políticas de aquisição de materiais. 4. Controles internos gerenciais. 5. Fatores de controle de estoque. 	

6. Sistemas de avaliação para planejamento de recursos materiais.
7. Metodologia de controle de patrimônio.
8. Sistemas e procedimentos de controle internos, administrativos e gerenciais de recursos materiais.
5. METODOLOGIAS
Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.
6. AVALIAÇÃO:
Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.
7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais . São Paulo: Atlas, 1999.
DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
MARTINS, P. Administração de materiais e recursos patrimoniais . São Paulo: Saraiva, 2003.
8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FRANCHISCHINI, G. Paulino. Administração de materiais e do patrimônio . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
MARTINS, Petrônio Garcia. Administração de materiais e recursos patrimoniais . São Paulo: Saraiva, 2004.
9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA
Equipe do <i>Campus</i> Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Técnicas de Vendas e Negociações

Código: TVNC2

Semestre: 2º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina apresenta os conceitos sobre prospecção de vendas, estratégias de negociação e pós-venda.

3. OBJETIVOS

Introduzir os conceitos de gestão de vendas bem como estudar as formas de organização da equipe de vendas. Estudar os conceitos de negociação e sua evolução, estudar o perfil do negociador e estudar e entender os passos do processo de negociação.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Características da Função de Vendas;
2. Venda e Negociação: conceitos e técnicas utilizadas;
3. Qualidades e características do negociador;
4. Posturas exercidas por compradores e vendedores no processo de negociação;
5. Os passos seguidos no processo de negociação;
6. A formação da equipe;
7. A abordagem;

8. A argumentação;
9. A superação de objeções;
10. O acordo
11. A preparação para a negociação;
12. Pós- venda: o reforço.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHAL, E. et. al. **Negociação e administração de conflitos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de vendas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEWICKI, Roy L.; SAUNDERS, David M. ; MINTON, John W. **Fundamentos da negociação**. São Paulo: Bookman, 2004.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; ALYRIO, Rovigati Danilo; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. **Princípios de negociação: ferramentas e gestão**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Comunicação
Empresarial II

Código: COEC2

Semestre: 2º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina aborda a importância da comunicação oral e escrita. Apresenta os nomes e origens dos termos utilizados pelo comércio e descreve as orientações e normas linguísticas utilizadas na elaboração do trabalho final de curso. Aborda, também, a oratória.

3. OBJETIVOS

Pesquisar e analisar informações do eixo tecnológico Gestão e Negócios em diversas fontes convencionais e eletrônicas. Definir procedimentos linguísticos que levem à qualidade nas atividades relacionadas com o público consumidor.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. A importância da comunicação.
2. Sistemas de Comunicação.
3. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação.
4. Princípios de terminologia aplicados ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios:
 - Glossário com nomes e origens dos termos utilizados pelo comércio; apresentação de trabalhos de pesquisas.

- Orientações e normas lingüísticas para a elaboração do trabalho para conclusão de curso.

5. Oratória.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGENTI, Paul. **Comunicação empresarial**. 4.ed. Editora Campus.

NADOLSKIS, H. **Normas de comunicação em Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NASSAR, Paulo; FIGUEIREDO, Rubens. **O que é comunicação empresarial**. Editora Brasiliense.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT para documentação**. Rio de Janeiro.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência: Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2007.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MEDEIROS, J.B. **Redação empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA BASTOS, L. et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

OLIVEIRA LIMA, A. **Interpretação de textos: aprenda, fazendo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

SOUZA, L. M.; CARVALHO, S. W. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2011.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Planejamento
Empresarial

Código: PLEC2

Semestre: 2º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina apresenta os conceitos e modelos de planejamento. Aborda os planejamentos estratégico, tático e operacional. Enfatiza os sistemas de coleta de informações e as formas de organização, controle e execução do planejamento. Demonstra a aplicação de formulários e planilhas no planejamento.

3. OBJETIVOS

Avaliar conceitos e modelos de planejamento. Correlacionar os planejamentos estratégico, tático e operacional. Investigar sistemas de coleta de informações nos diversos tipos de planejamento. Obter informações sobre as formas de organização, controle e execução do planejamento. Elaborar ou selecionar modelos de formulários e planilhas eletrônicas a serem aplicados no planejamento.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Teoria e princípios do planejamento estratégico, tático e operacional.
2. Estrutura dos modelos de planejamento: diferenças fundamentais.
3. Metodologia para elaboração do planejamento.
4. Coletas de informações para planejamento.

5. Procedimento de controle administrativo interno.
6. Métodos de organização de cronogramas.
7. Relatórios de acompanhamento de execução.
8. Orçamento, Controle e Redação do planejamento.
9. Equipe de trabalho para o planejamento.
10. Formulários e planilhas para as etapas do planejamento.
11. Processamento de textos, formulários e planilhas eletrônicas.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Clóvis Corrêa da. **Estratégia de negócios**. Editora Saraiva.

VALADARES, Maurício Castelo Branco. **Planejamento estratégico empresarial**. Editora Quality Mark.

ZACCARELLI, Sérgio B. **Estratégia e sucesso nas empresas**. Editora Saraiva.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMP, R. Benchmarking. **O caminho da qualidade total**. São Paulo: Pioneira, 1993.

KAPLAN, R. **A estratégia em ação**. São Paulo: Campus, 1996.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da produção e operações**. 2.ed. Editora Cengage Learning, 2008.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Administração
Mercadológica

Código: AMEC2

Semestre: 2º

Nº aulas semanais: 4

Total de aulas: 76

Total de horas: 63

2. EMENTA

A disciplina apresenta os conceitos de *Marketing*, Ambiente de *Marketing*, Comportamento de consumidor e Composto mercadológico.

3. OBJETIVOS

Avaliar plano de *marketing* para o desenvolvimento de ações mercadológicas. Analisar efeitos dos fatores: produto ou serviço, preço, promoção e praça (distribuição), na composição da estratégia comercial. Investigar os mercados consumidores e o comportamento de compra do consumidor. Desenvolver a imagem da organização, para o posicionamento da empresa. Investigar por meio de pesquisas de mercado, as necessidades e desejos dos consumidores. Recorrer aos aplicativos de informática para organização de dados.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Plano de *Marketing*: planejamento comercial, organização e estratégia comercial.
2. Principais forças do macroambiente (demográfico, econômico, natural, tecnológico, político-legal e sociocultural).
3. Métodos e técnicas para identificação das variáveis de preço: preço básico, descontos, prazos e outras.

4. Métodos e técnicas para identificação das variáveis de produto ou serviço: características, “design”, qualidade, embalagem, ciclo de vida do produto e outras.
5. Métodos e técnicas para identificação das variáveis da praça (distribuição): formas e canais de distribuição, distribuição física, transportes, armazenagem, e outras.
6. Métodos e técnicas para identificação das variáveis de comunicação empresarial: propaganda, publicidade, promoção de venda, relações públicas, e outras.
7. Métodos e técnicas de comunicação para preparação de cartazes, “design” de lojas e seus equipamentos, arrumação de vitrines.
8. Segmentação de mercados e mercado-alvo.
9. Comportamento do consumidor.
10. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990).

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

KOTLER, Philip. **Marketing básico**. Editora Atlas.

SILVA, Helder H; NUNES, José Mauro G.; PINHEIRO, Roberto M; CASTRO, Guilherme C. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. São Paulo: FGV, 2004.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COBRA, Marcos. **Marketing básico**. 4.ed. Editora Atlas.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. Editora Atlas.

SAMARA, Beatriz S. e BARROS, José C. **Pesquisa de marketing**: conceitos e metodologias. São Paulo: Pearson, 2006.

TAGLIACARNE, Guglielmo. **Pesquisa de mercado**: técnica e prática. São Paulo: Atlas.

ZIKMUND, Willian G. **Princípios de pesquisa de marketing**. São Paulo: Thompson, 2006.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Administração da Produção e Operações	Código: APOC2
Semestre: 2º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
<p>A disciplina apresenta uma introdução à Administração da Produção, ao Projeto de Produção, ao Planejamento e Controle da Produção, aos Sistemas e Projetos de Produção e aos Tópicos emergentes em Administração da Produção.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Reconhecer a Administração da produção como parte de um ciclo de operações integrado às demais funções organizacionais e ao ambiente competitivo, sob o enfoque da administração estratégica e Teoria dos Sistemas Abertos. Conhecer os aspectos que envolvem a organização dos sistemas produtivos, em termos de fluxo produtivo e logística operacional. Conhecer os modelos e importância do planejamento estratégico para organização, operacionalização estratégica da função produção e seus desafios. Identificar as formas e características do planejamento tático da produção. Conhecer e operar a programação da produção em diferentes sistemas produtivos. Conhecer a gestão da qualidade, identificando seu contexto estratégico e as diversas ferramentas que integram seu estudo.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
1. Administração da Produção.	

2. Projeto de Produtos, Serviços e Processos.
3. Capacidade, Localização e Arranjo Físico das Instalações.
4. Instalação e Manutenção de Equipamentos.
5. Administração de Tecnologias.
6. Métodos e Organização do Trabalho.
7. Melhoramento da Produção.
8. Controle e Qualidade.
9. Qualidade Total aplicada aos produtos e processos.
10. Planejamento e controle da capacidade produtiva.
11. PCP – planejamento e controle da produção.
12. As principais ferramentas de programação e controle da produção.
13. Planejamento e controle da qualidade.
14. Gerenciamento dos sistemas de prevenção e manutenção aplicados à produção.
15. Segurança, higiene e impacto ambiental: Segurança e higiene no trabalho; Normas de segurança e controle ambiental.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. **Administração da produção e operações**. 2.ed. Editora Cengage Learning, 2004.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da produção**. 2.ed. Editora Saraiva.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da produção e operações**. 2.ed. Editora Cengage Learning, 2008.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

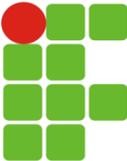
RITZMAN, Larry P.; Lee J. KRAJEWSKI. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SLACK, N. et all. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus Suzano* (2010)

8.3 Planos das Disciplinas do Terceiro Módulo

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	CAMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ
--	--

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Administração de Compras	Código: ADMC3
Semestre: 3º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
<p>A disciplina aborda o planejamento, programação e controle de materiais. Apresenta as características dos processos de compras, armazenamento e movimentação de materiais. Enfatiza as técnicas de negociação, características e perfil do negociador, planejamento da negociação e tomada de decisão. Aborda também o desenvolvimento de fornecedores e o processo de Importação.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Identificar o escopo e objetivos de Compras. Identificar os Tipos de Compras Organizacionais. Diferenciar os Processos de Compras Reativas e Pró-ativas. Conhecer os Tipos de Estruturas de Compras. Conhecer a Evolução e o Desenvolvimento de Compras na Empresa. Identificar as Variáveis-chaves de Compra. Entender o relacionamento Comprador/ Fornecedor (vendedor) . Conhecer os Modelos de Estrutura de Compras Centralizadas e Descentralizadas. Empregar a Norma da ABNT como referência de eficácia e eficiência. Conhecer o Processo de Pesquisa em Compras. Conhecer as Funções da Área de Suprimentos.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	

1. Escopo e Objetivos de Compras
2. Tipos de Compras de: projetos, serviços, produtos, materiais, *marketing*, informática.
3. Aspectos Estratégicos das Compras
4. Tipos de Estruturas de Compras
5. Evolução e Desenvolvimento das Compras.
6. Variáveis de Compra: Qualidade, Quantidade Correta, Tempo, Tomada de Decisão sobre Fonte de Suprimentos e Preço.
7. Negociação de Compras: Entrevista com um Comprador
8. Sistemas de Compras: Descentralizadas e Centralizadas.
9. Controle de Desempenho: Eficiência e Eficácia
10. Pesquisa em Compras e Suprimentos.
11. Desenho da Área de Suprimentos: Receber Solicitações, Cotar, Negociar, Cadastrar no Sistema, Colocar o Pedido no Fornecedor, Confeccionar Contratos.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAILY, Peter; FARMER, David; JONES, David; JESSOP, David. **Compras:** princípios e administração. Editora Atlas.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais.** 6.ed. Editora Atlas, 2009.

Equipe CEL. **Panorama da gestão de compras e suprimentos nas empresas industriais brasileiras.** Rio de Janeiro, 2008.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÂNGELO, Claudio Felisoni de. **Varejo competitivo**. Editora Saint Paul, 2009.

_____. **Varejo**: modernização e perspectivas. Editora Saint Paul, 1994.

FOUTO, Nuno Manoel Martins Dias; BELTRAME, Nelson Bruxelas; ÂNGELO, Claudio Felisoni de. **Finanças no varejo**: gestão operacional. 4.ed. Editora Saint Paul, 2009.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Pesquisa de Mercado	Código: PQMC3
Semestre: 3º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
A disciplina apresenta as características e metodologias de pesquisas econômicas, de mercado e tecnológicas. Aborda as pesquisas em campo e a seleção das técnicas mais apropriadas, a partir dos objetivos do trabalho.	
3. OBJETIVOS	
Identificar características e metodologias de pesquisas econômicas, de mercado e tecnológicas. Planejar pesquisas em campo, selecionando as técnicas mais apropriadas, a partir dos objetivos do trabalho.	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à pesquisa de mercado. 2. A concepção e tipologia das pesquisas. 3. O planejamento da pesquisa. 4. A coleta e a preparação dos dados. 5. Planejamento de uma pesquisa. 6. A ética em pesquisa de mercado. 7. Preparação do relatório final da pesquisa. 	
5. METODOLOGIAS	

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMARA, Beatriz S. e BARROS, José C. **Pesquisa de marketing**: Conceitos e Metodologias. São Paulo: Pearson, 2006.

SILVA, Helder H; NUNES, José Mauro G.; PINHEIRO, Roberto M; CASTRO, Guilherme C. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. São Paulo: FGV, 2004.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAGLIACARNE, Guglielmo. **Pesquisa de mercado**: técnica e prática. São Paulo: Atlas.

ZIKMUND, Willian G. **Princípios de pesquisa de marketing**. São Paulo: Thompson, 2006.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Empreendedorismo	Código: EMPC3
Semestre: 3º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
<p>A disciplina apresenta a iniciação de uma atividade empresarial – Empreendedorismo. Aborda a importância da criação da pequena e média empresa. Trata das práticas administrativas aplicadas às pequenas e médias empresas. Enfatiza as políticas e programas de apoio às pequenas e médias empresas. Apresenta, também, as habilidades, perfil e comportamento do dirigente da pequena e média empresa. Realça os problemas característicos das pequenas e médias empresas.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Fornecer informações sobre as novas tendências mundiais, o papel econômico e social das pequenas e médias empresas na sociedade contemporânea, despertando no aluno o interesse pela atividade empresarial como alternativa de carreira, além de propiciar a análise e a avaliação de potencialidades empresariais, possibilitando o desenvolvimento de planos de negócios viáveis e sustentáveis.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Empreendedorismo: Conceito, Origens; Evolução. 2. A Cultura Empreendedora. 3. O Papel da Liderança. 	

4. Ambientes que estimulam o Empreendedorismo.
5. Tipos de Estado: estado patrimonial, estado burocrático; estado gerencial.
6. A Importância das Políticas Públicas: as políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.
7. As Cidades Empreendedoras.
8. O Empreendedorismo Social.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALDAS, Ricardo. **Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas**. São Paulo: Sebrae, 2004.

PAIXÃO, Regina. **O empreendedorismo e suas características**. Espírito Santo: Sebrae ES, 2006.

SEBRAE SP. **Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil**. São Paulo: Sebrae SP, 2006.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2004.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

FARIA, Marília de Sant'anna; TACHIZAWA, Takechi. **Criação de novos negócios**: gestão de micros e pequenas empresas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**. São

Paulo: Saraiva, 2005.

PETERS, Michael. HISRICH, Robert D. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Teoria do Varejo

Código: TOVC3

Semestre: 3º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina aborda o significado econômico do varejo no Brasil. Apresenta os formatos de lojas varejistas e os fundamentos da gestão de serviços no varejo. Também expõe os conceitos de mix de serviços no varejo. Trata dos serviços no pequeno varejo e da capacitação para o desempenho em serviço.

3. OBJETIVOS

Compreender os principais aspectos do funcionamento do segmento de varejo, sua evolução e tendências, e características da sua administração.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Significado econômico do varejo no Brasil.
2. O Varejo, suas principais formas e classificação.
3. Varejo e Serviços, principais aspectos operacionais.
4. Conceitos de mix de serviços no varejo.
5. Serviços no pequeno varejo. Capacitação para o desempenho em serviço: qualidade, produtividade e flexibilidade.
6. Comportamento do consumidor no varejo.
7. Entendendo os desejos dos clientes.
8. Estratégia varejista: Administração de varejo e de serviços.

9. Gestão de estoques compras e abastecimento no varejo.
10. Apresentação, layout e exposição de produtos: Localização varejista.
11. Capital humano e Gestão Varejista.
12. Gestão de marca e imagem no varejo.
13. Perspectivas e tendências futuras do setor.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÂNGELO, Claudio Felisoni de. **Cases de varejo**: o mercado de consumo brasileiro por meio de experiências reais. Editora Saint Paul.

_____. **Varejo competitivo**. Volume 14. Editora Saint Paul, 2009.

ÂNGELO, Claudio Felisoni de; BELTRAME, Nelson Bruxelas; FOUTO, Nuno Manoel Martins Dias. **Finanças no varejo**: gestão operacional. 4.ed. Editora Saint Paul, 2009.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ÂNGELO, Claudio Felisoni de. **Varejo**: modernização e perspectivas. Editora Saint Paul, 1994.

ÂNGELO, Claudio Felisoni de; GIANGRANDE, Vera. **Marketing de Relacionamento no Varejo**. Editora Saint Paul, 1999.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente	
Componente curricular: Gestão da Qualidade	Código: GEQC3
Semestre: 3º	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 32
2. EMENTA	
<p>A disciplina apresenta o conceito de qualidade, histórico resumido e os gurus da administração ligados à qualidade. Expõe os conceitos de gestão da Qualidade Total (GQT). Aborda as certificações de qualidade e os principais processos de uma empresa. Enfatiza as ferramentas de otimização de processos, ferramentas de gestão (ERPs corporativos) e mapeamento de processos.</p>	
3. OBJETIVOS	
<p>Apresentar conceitos básicos e fundamentais sobre qualidade e processos, bem como a sua gestão com enfoque sistêmico. Permitir a que aluno compreenda a integração da visão por processos na visão departamental e a gestão da qualidade, bem como compreenda o entrelaçamento sistêmico das partes envolvidas. No contexto formativo o aluno deverá conseguir implantar e avaliar sistemas de gestão voltados com enfoque em processos e implantar e avaliar sistemas de gestão da qualidade mais adequados para a organização e conseguir expressar, ou defender, a sua escolha com parâmetros técnicos e científicos. No contexto científico o aluno deverá obter fundamentação técnica para propor ou escolher temas para pesquisas relacionados a gestão da qualidade, a gestão por processos e seus fundamentos.</p>	
4. CONTEUDO PROGRAMATICO	

1. Qualidade: Objetivos e Conceitos.
2. As Ferramentas de Qualidade.
3. Qualidade em produtos e serviços.
4. Os benefícios da certificação.
5. Indicadores da qualidade.
6. Sistemas de gestão da qualidade: planejamento, implantação avaliação e análise de processos de gestão da qualidade.
7. Estratégias em busca da excelência empresarial.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMP, R. Benchmarking. **O caminho da qualidade total**. São Paulo: Pioneira, 1993.

CHENG, Lin Chih; MELO FILHO, Leonel Del Rey de. **Qfd: desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos**. Editora Edgard Blucher, 2007.

PALADINI, Edson Pacheco; BOUER, Gregório; FERREIRA, José Joaquim do Amaral [et all]. **Gestão da qualidade**. Editora Campus, 2007.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JURAN, J.M. **Juran na liderança pela qualidade**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

KAPLAN, R. **A estratégia em Ação**. São Paulo: Campus, 1996.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Comércio Eletrônico

Código: CMEC3

Semestre: 3º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina aborda o comércio eletrônico, sua evolução, estrutura, análise e aplicações. Apresenta os conceitos de ambiente digital, comércio eletrônico e ambiente empresarial, economia digital, mercado eletrônico, integração eletrônica e estratégias de negócios. Trata das características do comércio eletrônico, aspectos da implementação, privacidade e segurança, competitividade e aspectos legais. Aborda, também, conceitos relacionados à organização e tecnologia da informação. Apresenta noções sobre redes, internet, histórico e evolução.

3. OBJETIVOS

Proporcionar a formação a partir de uma visão estratégica aplicada ao comércio eletrônico e estimular a reflexão e discussão do comércio eletrônico, do ambiente digital e empresarial, suas características e tendências para uma gestão competitiva e estratégica.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Comércio eletrônico

1.1. Histórico do comércio eletrônico.

1.2. Conceitos.

1.3. Os ganhos com o comércio eletrônico.

1.4. Características do comércio eletrônico.

1.5. Transitando do físico para o virtual.

2. O Comércio eletrônico e o *marketing*

2.1. Ambiente digital.

2.2. Ambiente empresarial.

2.3. Economia digital.

2.4. O mercado eletrônico.

2.5. Integração eletrônica.

2.6. Consumidores on-line e objetivos.

2.7. Compreendendo os consumidores da Internet.

2.8. O modelo de *marketing* Internet bullseye.

2.9. Pesquisa de mercado via Internet.

2.10. *E-mail marketing*.

3. O Comércio eletrônico e a tecnologia de informação

3.1. Organização e tecnologia da informação.

3.2. Aspecto de implementação.

3.3. Segurança, privacidade e ética.

3.4. Sistemas de pagamento.

3.5. Logística.

3.6. Questões legais e tributárias.

3.7. Redes.

3.8. Internet.

3.9. *Sites*.

4. A gestão estratégica do comércio eletrônico

4.1. Desenvolver uma visão e uma mentalidade globais.

4.2. Criando Pessoas e Equipes Globais.

4.3. Estrutura de análise de comércio eletrônico.

4.4. Explorando modelos de empreendimentos na Internet.

4.5. Posicionamento estratégico.

4.6. Vantagem estratégica.

4.7. Estratégias de negócios.

4.8. Tendências e Perspectivas de Comércio Eletrônico.

5. METODOLOGIAS

Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.

6. AVALIAÇÃO:

Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio eletrônico**: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação.

FRANCO JUNIOR, Carlos F. **E-business**: internet, tecnologia, e sistemas de informação na administração de empresas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS, Eduardo. **E-commerce nas empresas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2005.

8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEIRA JR., W.; MURTA, C., CAMPOS, S.; GUEDES D. **Comércio Eletrônico**: Projeto e Desenvolvimento de Sistemas. Editora Campus, 2002.

MEIRA JR., W.; MURTA, C.; RESENDE, R. **Comércio Eletrônico na WWW. Escola de Computação**. São Paulo: 2000.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA
--

Equipe do <i>Campus</i> Suzano (2010)

PLANO DA DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente

Componente curricular: Projeto Integrado

Código: PRIC3

Semestre: 3º

Nº aulas semanais: 2

Total de aulas: 38

Total de horas: 32

2. EMENTA

A disciplina propõe o desenvolvimento de um projeto por meio dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso ou acompanhamento de estágio.

3. OBJETIVOS

Possibilitar o desenvolvimento de um cronograma de trabalho para a elaboração e implementação de um projeto que integre os conhecimentos adquiridos durante todo o curso.

4. CONTEUDO PROGRAMATICO

1. Definição dos grupos de trabalho

2. Definição do tema de estudo de cada grupo (propostas de professores / propostas de alunos)

3. Apresentação dos anteprojetos e das propostas iniciais na forma de relatório composto por:

- Introdução sobre o tema, relacionando-o com uma área do Comércio.
- Objetivo do trabalho
- Descrição do projeto
- Diagrama de blocos e descrição funcional
- Cronograma do trabalho

<ul style="list-style-type: none"> - Lista dos materiais e equipamentos a serem utilizados no projeto - Bibliografia básica sobre o assunto <p>4. Os projetos terão início a partir da definição dos temas e deverão ser desenvolvidos durante as aulas desta disciplina</p> <p>5. Ao final da primeira fase do curso (aproximadamente 40 dias), os alunos serão avaliados pelos professores da disciplina por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos pré-projetos desenvolvidos - Apresentação por parte dos grupos de um relatório sucinto com a auto-avaliação da etapa do trabalho e perspectivas para a sua conclusão - Apresentação do projeto desenvolvido <p>6. Ao final da segunda fase do curso (aproximadamente 80 dias), os alunos deverão apresentar o projeto final implementado.</p>
<p>5. METODOLOGIAS</p>
<p>Aulas Expositivas Dialogadas, Seminários, Trabalhos em Grupo, Resolução de Problemas, Estudo de Casos, Debates, Discussões e/ou Outros.</p>
<p>6. AVALIAÇÃO:</p>
<p>Deverá respeitar as diretrizes estabelecidas nas organizações didáticas, normas acadêmicas e legislações vigentes.</p>
<p>7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BASTOS, L. da R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M. et al. Manual para a Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertação e Monografias. Editora Livros Técnicos e Científicos, 1995.</p> <p>LEVINE, H. A. Practical Project Management. John Wiley & Sons, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, D. Q. Planejamento e Controle de Projetos. Apostila, 1998.</p>
<p>8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BEZZON, L. C. Guia prático de monografias, dissertações e teses: elaboração e apresentação. Campinas/SP: Alínea, 2005.</p>

POLITO, R. **Superdicas para um trabalho de conclusão nota 10.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, C. R. **Trabalho de conclusão (TCC):** guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

9. RESPONSÁVEL PELO PLANO DA DISCIPLINA

Equipe do *Campus* Suzano (2010)

9 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Habilitação Profissional de Técnico em Comércio não exige o cumprimento de estágio supervisionado em sua organização curricular, contando com aulas de práticas profissionais, que poderão ser desenvolvidas integralmente na escola ou em empresas da região, através de simulações, experiências, ensaios e demais técnicas de ensino que permitam a vivência dos alunos em situações próximas da realidade do setor produtivo. O desenvolvimento de projetos, estudos de casos, realização de visitas técnicas monitoradas, pesquisas de campo e aulas práticas desenvolvidas em laboratórios e salas-ambiente garantirão o desenvolvimento de competências específicas da área de formação.

A proposta para este projeto de curso é a realização de um trabalho final de curso que deverá ser entregue e apresentado no Componente Curricular de Projeto Integrado ao final do último módulo. Os alunos poderão realizar o trabalho final de curso através da elaboração de projetos técnicos voltados a área do Comércio, estudos de caso, apresentação de pesquisas sobre problemas específicos que ocorrem nas atividades relacionadas ao Comércio e as soluções que devem ser adotadas para a resolução dos mesmos, etc. A avaliação será feita no decorrer das várias etapas de desenvolvimento do projeto, levando em conta os critérios de viabilidade, coerência com a realidade, planejamento, senso crítico, organização de idéias, cumprimento de prazos, participação, iniciativa, interesse e pela apresentação do projeto final implementado.

No entanto, caso o aluno realize o estágio supervisionado em atividades relativas ao curso, este poderá solicitar a dispensa de realizar o Trabalho Final de Curso. Para tanto, o aluno deverá ser aprovado em todos os componentes curriculares, inclusive na disciplina de Projeto Integrado, devendo ser avaliado pelas demais atividades realizadas ao longo do desenvolvimento deste componente curricular, ficando apenas dispensado de entregar e apresentar o trabalho final. A conclusão do estágio supervisionado, juntamente com o cumprimento dos requisitos e da carga horária mínima de 360 horas de estágio dispensará o aluno da entrega do Trabalho Final de Curso.

O estágio optativo seguirá as mesmas regras aplicadas para os estágios obrigatórios conforme Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e Portaria nº 1503 de 31/10/2008, devendo o total de horas ser concluído antes do término do curso para que o aluno possa ser dispensado de entregar e apresentar o Trabalho Final de Curso.

O estágio somente poderá ser realizado de maneira concomitante com o curso, ou seja, ao aluno será permitido realizar estágio apenas enquanto estiver regularmente matriculado. Após a conclusão de todos os componentes curriculares será vedada a realização de estágio supervisionado.

Quando realizado, as horas efetivamente cumpridas deverão constar no Histórico Escolar do aluno. A escola acompanhará as atividades de estágio, cuja sistemática será definida através de um Plano de Estágio Supervisionado devidamente incorporado ao Projeto Pedagógico da Unidade de Ensino. O Plano de Estágio Supervisionado deverá prever os seguintes registros:

- sistemática de acompanhamento, controle e avaliação;
- justificativa;
- metodologias;
- objetivos;
- identificação do responsável pela Orientação de Estágio;
- definição de possíveis campos/áreas para realização de estágios.

10 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos de componente curricular será concedido aos alunos interessados, se as competências, habilidades, bases e carga horária cumpridos pelo aluno na escola de origem forem equivalentes aos do IFSP, devendo seguir as orientações dadas na Organização Didática vigente.

Os alunos terão direito ao aproveitamento de estudos, no IFSP, ou instituição congênera, desde que, no mesmo nível de ensino, de acordo com o preconizado no Parecer CNE/CEB 40/2004 e a Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 - Organização Didática do IFSP em seu Capítulo XI - Do aproveitamento de estudos, nos artigos 87,88, e 89 nos parágrafos § 1º e 2º.

Quanto aos critérios para concessão de aproveitamento de estudos nos componentes curriculares, este ocorrerá conforme os seguintes itens:

- I. Dispensa de cursar os componentes curriculares ao aluno que já tiver cursado os mesmos na escola de origem, no mesmo nível de ensino, desde que os conteúdos desenvolvidos sejam equivalentes aos do IFSP e a carga horária cursada e nota sejam maiores ou iguais às exigidas pelo IFSP;
- II. Nos casos em que houver dúvidas ou impossibilidade de análise do conteúdo da disciplina para aproveitamento de estudos, o aluno poderá ser submetido a uma avaliação para efetivar o aproveitamento;
- III. A avaliação das competências citadas no item II ocorrerá dentro do trajeto formativo e deverá ser solicitado pelo aluno através de requerimento e aplicada em período determinado pelo responsável pelo *Campus*;
- IV. O processo de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores dar-se-á através da aplicação de avaliação escrita e/ou prática, que poderá abranger parte ou o total das competências do módulo;
- V. O aluno que demonstrar possuir as competências relacionadas para o módulo dos cursos técnicos receberá o certificado do mesmo, estando dispensado da frequência obrigatória.

Ainda com base no preconizado na Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013, em seu capítulo XI, artigo 89º, parágrafo 1º, a verificação da compatibilidade deverá

considerar a equivalência de, no mínimo, 80% dos conteúdos e da carga horária do componente curricular.

11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada através da Avaliação de Conhecimentos/Competências e da Avaliação de Desempenho, de acordo com orientações dadas na Organização Didática vigente, levando em conta que as competências profissionais pressupõem a mobilização de conhecimentos, ou seja, bases tecnológicas, científicas e instrumentais e considerando que o desenvolvimento de competências poderá ser verificado através de habilidades demonstradas em aulas práticas e estágios profissionais.

A LDB nº 9.394/96, em seu artigo 24, trata da verificação do rendimento escolar, e determina como critério básico para a avaliação o seu desenvolvimento de forma contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais incluindo, como condição para a aprovação do aluno, a frequência mínima de 75%.

O registro do rendimento escolar dos alunos compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do rendimento em todos os componentes curriculares. O professor deverá registrar no Diário de Classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado, diariamente, a frequência dos alunos, as bases desenvolvidas, os instrumentos de avaliação utilizados e os resultados das respectivas avaliações. As avaliações deverão ser contínuas e diversificadas obtidas com a utilização de vários instrumentos tais como: exercícios, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, auto-avaliação, projetos interdisciplinares e outros. Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos alunos no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento. Todo instrumento ou processo de avaliação deverá ter seus resultados explicitados aos alunos mediante vistas do instrumento ou processo de avaliação.

No que tange à assiduidade e rendimento dos alunos, considerar-se-á, ainda, o disposto na Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 – Organização Didática do IFSP – Seção II – Cursos Técnicos de Nível Médio Concomitantes ou Subsequentes, considerando a atualização dada pela Resolução nº 25, de 11 de março de 2014.

11.1 Reavaliação (Art. 81)

Ficará sujeito à Reavaliação o estudante que obtiver, no componente curricular, nota final igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades. Fica assegurada ao estudante recuperação paralela das aprendizagens não alcançadas, que deverão ser trabalhadas, antecedendo a reavaliação, conforme previsão no plano de ensino do professor.

Para o estudante que realiza a reavaliação, a nota final do componente curricular será a maior nota entre a nota final e a nota de reavaliação.

11.2 Aprovação (Art. 82 e 83)

Os critérios de APROVAÇÃO nos módulos, envolvendo simultaneamente frequência e avaliação, são os seguintes:

I. é considerado aprovado por média o estudante que obtenha média das notas finais igual ou superior a 6,0 (seis), nota final em cada componente curricular maior ou igual a 5,0 (cinco) e frequência global mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades;

II. os estudantes com frequência global mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades e que não forem aprovados por média terão sua situação analisada pelo Conselho de Classe Deliberativo.

11.3 Aprovação parcial (Art. 83)

O estudante que obtiver média global maior ou igual a 6,0 (seis) e nota menor que 5,0 (cinco) em até 03 (três) componentes curriculares será aprovado parcialmente no módulo devendo cursar esses componentes curriculares em regime de dependência, conforme artigo 85 da Organização Didática vigente.

11.4 Retenção (Art. 84)

Considera-se RETIDO:

- I. o estudante que obtiver frequência global menor que 75% (setenta e cinco por cento), independentemente das notas que tiver alcançado;
- II. o estudante que obtiver frequência global maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento), média global maior que 4,0 (quatro) e menor que 6,0 (seis) e que, após análise do Conselho de Classe Deliberativo, seja considerado retido no módulo.

11.5 Dependências

Para o regime de dependências, deverão ser considerados os artigos 85 e 86 da Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 – Organização Didática do IFSP – Seção II – Cursos Técnicos de Nível Médio Concomitantes ou Subsequentes:

O estudante dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Concomitante e Subsequente só poderá cursar até 3 (três) componentes curriculares em regime de dependência, no mesmo período letivo, sem que seja considerado como retenção.

Para os casos em que o estudante precise cumprir um ou até o limite de 03 (três) componentes curriculares em dependências, este deverá cursá-los no período letivo seguinte, em contraturno ou em componentes curriculares similares de área afim ao seu curso. Caberá ao Coordenador do Curso analisar, adequar e autorizar a matrícula nos componentes curriculares.

O estudante que não obtiver aprovação no componente curricular da dependência deverá cursá-lo até obter aprovação, respeitando o prazo máximo para integralização do curso, tendo-se como base a Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 – Organização Didática do IFSP – Capítulo II “Do currículo” – Artigo 17º - Parágrafo 2º.

Cabe ao IFSP providenciar mecanismos para que os componentes curriculares em regime de dependência sejam oferecidos.

O estudante aprovado na(s) dependência(s) terá a validação de sua aprovação no componente curricular pelo docente responsável, que encaminhará o resultado à Coordenadoria de Registros Escolares do *campus* para atualização de sua situação no módulo.

12 ATENDIMENTO DISCENTE

O atendimento ao aluno será amplo e circunscrito às disponibilidades de recursos do *Campus* e a estrutura do regimento interno do *Campus*. Em todos os níveis, setores e processos, o aluno deve se sentir motivado e envolvido, além de apoiado sempre que necessário, para que continue na escola e supere seus problemas.

Como proposta de atendimento, sugere-se a utilização de complementação de carga horária do professor para atendimento ao aluno e, além disso, a utilização de monitores para o apoio as atividades de ensino.

O serviço de orientação educacional se faz necessário, atendendo e encaminhando os alunos, principalmente os que apresentarem resultados ou comportamentos inadequados para sua boa formação. Sendo assim, o aluno que faltar por um período a ser determinado será encaminhado à orientação educacional, bem como aquele que não apresentar um resultado satisfatório em suas avaliações. O professor deverá encaminhar o aluno ao setor responsável, sempre que achar necessário. Todo aluno, antes de trancar ou cancelar sua matrícula, deverá passar pela orientação educacional, buscando as condições para que o aluno possa acompanhar o curso.

Para acompanhamento e contenção da evasão, deverá haver trabalho conjunto do corpo docente e serviço sociopedagógico bem como coordenação da área e curso, gerência educacional e direção do *campus*. O serviço sociopedagógico ficará responsável por coordenar processos de pesquisas sobre o perfil dos ingressantes, acompanhamento sistemático dos alunos ao longo do curso, bem como levantamento dos dados de evasão, a fim de subsidiar a atividade docente. O corpo docente deverá estar envolvido e sensível ao perfil, expectativas e necessidades discentes, bem como trabalhar em conjunto com o serviço sociopedagógico. Por fim, as coordenações, gerência e direção do *campus* deverão gerenciar a atividade do corpo docente e pedagógico, dando suporte às demandas e cobrando resultados.

12.1 Conselho de Classe

O conselho de classe cumprirá o art. 14 da lei 9394/96, bem como a normatização interna vigente, e também deverá auxiliar no que for possível os encaminhamentos dados aos problemas dos alunos. O envolvimento da sociedade é fundamental neste processo. A Instituição deverá trabalhar com estratégia de motivação e desenvolvimento de atividades para os alunos. Deverá ser atuante no processo de solução dos problemas encontrados pela Instituição, curso e seus alunos.

Para organização do Conselho de Classe, será observado o disposto na Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 – Organização Didática do IFSP, em seu Capítulo X - “Do Conselho de Classe para a Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio”, artigos 39, 40, 41 e 42:

Os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação obrigatória:

- I. dos docentes da respectiva turma;
- II. do Coordenador de Curso/Área;
- III. do Pedagogo do Serviço Sociopedagógico.

O Conselho de Classe consultivo, denominado Conselho de Classe Pedagógico, deverá ter, em sua composição, ao menos um representante de turma e um representante de pais ou responsáveis, exceto na modalidade EJA.

O Conselho de Classe será presidido pelo Pedagogo do Serviço Sociopedagógico ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Acontecerá de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pelo Serviço Sociopedagógico de cada *campus*, preferencialmente com periodicidade bimestral e dividido em três partes:

- a. na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem;
- b. na segunda, o Serviço Sociopedagógico apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas;

c. na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Os Conselhos de Classe Deliberativos serão realizados ao final do período letivo e serão divididos em três partes:

a. na primeira, o Representante do Serviço Sociopedagógico fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo;

b. na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo;

c. na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, o Serviço Sociopedagógico encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

A situação final mencionada na letra “b” dar-se-á da seguinte forma:

I. para os Cursos Técnicos Integrados e Proeja será APROVADO ou RETIDO na série;

II. para os Cursos Técnicos Concomitante ou Subsequente será APROVADO NO MÓDULO, APROVADO PARCIALMENTE, indicando as dependências a serem realizadas ou RETIDO NO MÓDULO.

A Coordenadoria de Registros Escolares, em posse dos resultados, deverá divulgá-los e adicionar uma cópia no prontuário de cada estudante.

12.2 Abono de Faltas e Regime de Exercícios Domiciliares

Nos casos de abono de faltas e regime de exercícios domiciliares, deverá ser considerado o Capítulo XI - “Do abono de faltas e Do Regime de exercícios domiciliares”, Seção I - “Do abono de faltas” no artigo 43 e Seção II - “Do regime de exercícios domiciliares” nos artigos 44, 45, 46, 47 e 48:

O abono de faltas somente ocorrerá nos casos abaixo descritos, mediante apresentação de:

- I. declaração de corporação militar, comprovando o motivo da ausência;
- II. comprovante de participação do estudante em reuniões da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em horário coincidente com as atividades acadêmicas, de acordo com a Lei nº 10.861/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- III. declaração do Diretor-Geral do *campus*, comprovando que o estudante esteve representando o IFSP;
- IV. atestado médico para os casos previstos em lei (licença gestante e doenças infectocontagiosas);
- V. certidão de óbito de parentes de 1º (primeiro) grau ou cônjuge;
- VI. solicitação judicial.

A solicitação de abono de faltas deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Registros Escolares, com o documento comprobatório até dois dias úteis após o evento.

Para afastamentos superiores a 15 (quinze) dias, o aluno terá direito a solicitar o Regime de Exercícios Domiciliares, conforme Portaria Nº 778, de 20 de fevereiro de 2013. O Regime de Exercícios Domiciliares é a atividade acadêmica executada em domicílio, pelo estudante. É permitido ao estudante amparado pelo Decreto-Lei nº. 1.044, de 21 de outubro de 1969 e à aluna gestante, nos termos da Lei nº. 6.202 de 17/04/75, substituir as aulas por exercícios domiciliares, desde que compatíveis com o estado de saúde do estudante atestado por médico. Aprovada pela Resolução n.º 859, de 7 de maio de 2013.

Se impossibilitado de frequentar às aulas por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias, o estudante poderá requerer Regime de Exercícios Domiciliares na forma da lei:

- I. aluna em estado de gravidez a partir do oitavo mês de gestação;
- II. estudante acometido de doenças infectocontagiosas ou outros estados que impossibilitem sua frequência às atividades de ensino por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade acadêmica.

O Regime de Exercícios Domiciliares somente se aplica ao estudante regularmente matriculado no período letivo em curso. São condições necessárias para que o estudante seja submetido ao Regime de Exercícios Domiciliares:

- I. requerimento protocolado dirigido ao Diretor-Geral do *campus*, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do início da data do afastamento;
- II. laudo do médico responsável no qual conste a assinatura e o número de seu CRM, o período do afastamento, a especificação acerca da natureza do impedimento com indicação do Código Internacional de Doença (CID), além da informação específica quanto às condições intelectuais e emocionais necessárias ao prosseguimento das atividades de estudo fora do recinto do IFSP.

O Regime de Exercícios Domiciliares não se aplica às seguintes atividades de ensino:

- I. estágio supervisionado;
- II. práticas educativo-pedagógicas;
- III. aulas práticas;
- IV. atividades complementares.

13 MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS

O IFSP expedirá diploma de Nível Técnico, consoante ao preconizado na Resolução nº 859 de 7 de maio de 2013, aos que forem aprovados em todos os semestres do Curso Técnico em Comércio do *Campus* Avançado Jundiaí, e que tenham apresentado o trabalho final de curso do componente “Projeto Integrado” ou realizado o Estágio Supervisionado, desde que tenham concluído o Ensino Médio.

O curso também dispõe de certificação intermediária. Dessa forma, fará *jus* à obtenção do Certificado de Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente de Vendas os alunos que tiverem concluído o 1º e 2º módulos do curso. Para a emissão de tal certificado, o aluno deverá protocolar requerimento junto à Coordenadoria de Registros Escolares.

Os modelos de certificado e diploma serão os mesmos utilizados na Instituição para curso técnico concomitante/subsequente.

A emissão de certificados e as ações que do *campus* quanto à revalidação de diplomas estrangeiros terão como base nas orientações postas nos Capítulos XIII e XIX da Resolução nº 859 de 7 de maio de 2013 - Organização Didática do IFSP- nos artigos 97, 99, 100, 101 e 102:

Para o estudante que concluir curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas concomitante ou subsequente, e apresentar certificado de conclusão do Ensino Médio, será expedido diploma de Técnico de Nível Médio. Os certificados e os diplomas serão emitidos e registrados em livro próprio pela Coordenadoria de Registros Escolares de cada *campus*. Os Diplomas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio serão assinados pelo Diretor-Geral do *campus*, pelo concluinte e pelo responsável pela Coordenadoria de Registros Escolares do *campus*. Os certificados serão assinados, pelo Diretor-Geral do *Campus*, pelo concluinte e pelo responsável pela Coordenadoria de Registros Escolares do *campus*.

O IFSP, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 13/2011, tem procedimentos próprios para a Revalidação de Diplomas de Cursos Técnicos e Tecnológicos emitidos por instituições educacionais estrangeiras.

14 PESSOAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Este será estruturado como *Campus Avançado* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, conforme a estrutura apresentada na Tabela 11.

Tabela 11 – Pessoal e estrutura administrativa do *Campus Avançado*.

QUADRO DE SERVIDORES	
CARGO	QUANTIDADE
Professor EBTT	Máximo 20
Técnico-administrativo Nível C	Máximo 3
Técnico-administrativo Nível D	Máximo 5
Técnico-administrativo Nível E	Máximo 5

QUADRO DE FUNÇÕES	
FUNÇÃO	QUANTIDADE
CD-3	1
CD-4	1
FG-1	2
FG-2	2

14.1 Corpo docente

O *Campus* está em implantação e ainda não possui professores em seu quadro efetivo. Contudo, a perspectiva é de que se forme o corpo docente da área mediante remoção interna e/ou concurso público. Contratações temporárias também poderão ser necessárias.

O procedimento para contratação docente obedecerá às indicações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD). Após levantamento das necessidades do *campus*, e obtendo aval da PRD, as vagas serão lançadas, em primeiro lugar, em processo de remoção interna. Não completando o quadro previsto, as vagas remanescentes serão lançadas em concurso público externo.

Para o início das atividades letivas do 2º semestre de 2014, foi lançado edital de contratação de professor temporário (Edital nº 201, de 29 de maio de 2014), no qual estão previstas 1 vaga para a Área de Administração e 1 vaga para a Área de Economia, a fim de suprir as necessidades iniciais do curso. A perspectiva é que esse corpo docente, que será inicialmente temporário, venha a ser substituído por professores efetivos.

Mediante estudo feito pela direção do *campus*, verificou-se a necessidade inicial de contratação, para os dois primeiros semestres de funcionamento do curso, de 1 professor da área de Economia e 2 professores da área de Administração, conforme formação acadêmica a seguir:

- Área de Administração: Bacharelado em Administração
- Área de Economia: Bacharelado em Ciências Econômicas OU Bacharelado em Ciências Contábeis OU Tecnologia em Gestão Financeira

Ao longo dos semestres, o professor da área de Administração acumularia aulas que também podem ser dadas por professores de outras áreas, como é o caso de Informática Aplicada a Sistemas (IASC1), no total de 8 aulas semanais, e Comunicação Empresarial I e II (COEC1 e COEC2), no total de 4 aulas semanais. Assim, se professores dessas duas áreas fossem contratados, a quantidade de aulas semanais dadas por professores da área de Administração, quando do

funcionamento integral do curso, cairia de 33 para 21. Em conseqüência, a necessidade de professores da área de Administração seria menor, ou seja, 2 ao invés de 3. Nesse contexto, posteriormente, a deverá ser contratado mais 1 professor da área de Administração ou, por fim, verificada a possibilidade de contratar 1 professor da área de Informática e 1 da área de Língua Portuguesa.

14.2 Corpo técnico-administrativo e pedagógico

O *Campus* conta atualmente com 2 servidores técnico-administrativos, estando eles em funções de direção e gerência. A perspectiva é de que se consolide o corpo administrativo mediante remoção interna e/ou concurso público.

O procedimento para contratação de servidores técnico-administrativos obedecerá às indicações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD). Após levantamento das necessidades do *campus*, e obtendo aval da PRD, as vagas serão lançadas, em primeiro lugar, em processo de remoção interna. Não completando o quadro previsto, as vagas remanescentes serão lançadas em concurso público externo.

Mediante levantamento da demanda inicial de rotinas do *campus* avançado, foi proposto, de início, preencher o quadro administrativo da seguinte maneira:

Nível E

1 Técnico em Assuntos Educacionais

1 Pedagogo

1 Psicólogo

1 Bibliotecário

1 Administrador

Nível D

3 Assistentes Administrativos

1 Técnico de TI

Nível C

2 Auxiliares Administrativos

1 Auxiliar de Biblioteca

A solicitação desse quadro já foi feita junto à Pro-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD), que lançará as vagas, em primeiro lugar, para remoção e, posteriormente, para concurso público, no caso do quadro não ser preenchido somente com a remoção interna. Outras contratações serão realizadas mediante novas autorizações de concurso quer para corpo docente, quer para pessoal técnico-administrativo.

15 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O *Campus* Jundiaí do IFSP será instalado inicialmente em um salão com 1.200 m² construídos, devidamente divididos em nove salas, mobiliário básico, estacionamento e infra-estrutura, localizado no Complexo Educacional Argos, no centro do município de Jundiaí. No prédio também está instalado no primeiro andar o Centro de Línguas e o Centro de Informática. No 2º andar está instalada a TV educativa. O 3º andar está sendo destinado à implantação do Instituto Federal de São Paulo. A Prefeitura Municipal de Jundiaí irá fazer todas as adaptações, bem como a implantação de elevadores externos.

Serão montadas salas de aulas e laboratório de informática, além de salas administrativas e de atendimento sócio-psico-pedagógico.

Tabela 12 – Caracterização do Prédio.

OCUPAÇÃO DO TERRENO		ÁREA [M2]	
Área Total do Terreno			
Área Construída Total			
Área Construída Coberta			
Área Urbanizada			
TIPO DE UTILIZAÇÃO	QTD	ÁREA [m ²]	
Sala de Direção	01		
Salas de Coordenação	01		
Sala de Professores	01	70	
Salas de Aulas	04	70	
Laboratórios	04		
Sanitários	04		
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	--		
Setor de Atendimento / Secretaria	01		
Praça de Alimentação	--		

Auditórios com 140 lugares	01	
Sala de Áudio / Salas de Apoio	--	
Sala de Leitura/Estudos	02	175
Conjunto poliesportivo com duas quadras, sendo uma coberta	--	

15.1 Biblioteca

Para o ano de 2014, o *campus* possui orçamento específico destinado à aquisição de acervo bibliográfico. Dessa forma, todo o processo de aquisição bibliográfica seguirá o descrito como bibliografia para o Curso Técnico em Comércio, respeitando-se quantitativos recomendados por instrumentos do MEC e orientações da Pró-Reitoria de Ensino.

15.2 Laboratórios

O *campus* possui orçamento específico para aquisição de mobiliário, assim como material de informática, e providenciará aquisição via Ata de Registro de Preços vigente. A previsão é de que haja quatro laboratórios de informática, cada um deles equipados com 26 computadores – sendo 1 para uso docente e 26 para uso discente – bem como acesso à internet. A perspectiva é de que os laboratórios também sejam equipados com Data-Show.

15.3 Projetos de reforma ou expansão

Para a expansão de ofertas de cursos, é prevista a cessão de imóvel para implantação (edificação ou adaptação) de prédio próprio para o Instituto Federal de São Paulo. A Prefeitura Municipal de Jundiaí será parceira na cessão de imóvel com área superior a 30.000 m² e de localização privilegiada para edificação de prédio próprio do IFSP e ampliação dos cursos de nível técnico, superior, mestrado e doutorado.

16 BIBLIOGRAFIA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Organização Didática**. Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013. Atualização dada pela Resolução nº 25, de 11 de março 2014.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *Campus Suzano*. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio**. Resolução nº 137, de 10 de agosto de 2010.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *Campus Avançado Jundiaí*. **Ata da II Audiência Pública para escolha de cursos** (anexo).

Prefeitura de Jundiaí. **Projeto de Implantação do *Campus Avançado Jundiaí*** (anexo).